

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2024

O DIA A DIA DA ESCOLA

Vera Rudge Werneck

SEVEN

PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS
2024

O DIA A DIA DA ESCOLA

Vera Rudge Werneck

EDITORA CHEFE

Prof^o Me. Isabele de Souza Carvalho

EDITOR EXECUTIVO

Nathan Albano Valente

AUTORA DO LIVRO

Vera Rudge Werneck

PRODUÇÃO EDITORIAL

Seven Publicações Ltda

EDIÇÃO DE ARTE

Alan Ferreira de Moraes

EDIÇÃO DE TEXTO

Natan Bones Petitemberte

BIBLIOTECÁRIA

Bruna Heller

IMAGENS DE CAPA

AdobeStok

2024 by Seven Editora

Copyright © Seven Editora

Copyright do Texto © 2024 Os Autores

Copyright da Edição © 2024 Seven Editora

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Seven Publicações Ltda. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Seven Publicações Ltda é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação.

Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



O conteúdo deste Livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Profº Me. Isabele de Souza Carvalho

CORPO EDITORIAL

Pedro Henrique Ferreira Marçal - Vale do Rio Doce University
Adriana Barni Truccolo - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Marcos Garcia Costa Morais - Universidade Estadual da Paraíba
Mônica Maria de Almeida Brainer - Instituto Federal de Goiás Campus Ceres
Caio Vinicius Efigenio Formiga - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Egas José Armando - Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique
Ariane Fernandes da Conceição - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Wanderson Santos de Farias - Universidade de Desenvolvimento Sustentável
Maria Gorete Valus - Universidade de Campinas
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília
Janyel Trevisol - Universidade Federal de Santa Maria
Irlane Maia de Oliveira - Universidade Federal de Mato Grosso
Paulo Roberto Duailibe Monteiro - Universidade Federal Fluminense
Luiz Gonzaga Lapa Junior - Universidade de Brasília
Yuni Saputri M.A - Universidade de Nalanda, Índia
Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí, CEAD
Anderson Nunes Da Silva - Universidade Federal do Norte do Tocantins
Adriana Barretta Almeida - Universidade Federal do Paraná
Jorge Luís Pereira Cavalcante - Fundação Universitária Iberoamericana
Jorge Fernando Silva de Menezes - Universidade de Aveiro
Antonio da Costa Cardoso Neto - Universidade de Flores Buenos Aires
Antônio Alves de Fontes-Júnior - Universidade Cruzeiro do Sul
Alessandre Gomes de Lima - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
Moacir Silva de Castro - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Marcelo Silva de Carvalho- Universidade Federal de Alfnas
Charles Henrique Andrade de Oliveira - Universidade de Pernambuco
Telma Regina Stroparo - Universidade Estadual de Ponta Grossa
Valéria Raquel Alcantara Barbosa - Fundação Oswaldo Cruz
Kleber Farinazo Borges - Universidade de Brasília
Rafael Braga Esteves - Universidade de São Paulo
Inaldo Kley do Nascimento Moraes - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Mara Lucia da Silva Ribeiro - Universidade Federal de São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

W492d

Werneck, Vera Rudge.

O dia a dia na escola [recurso eletrônico] / Vera Rudge Werneck. – São José dos Pinhais, PR: Seven Editora, 2024.

Dados eletrônicos (1 PDF).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-6109-051-3

1. Educação. 2. Escola - rotina. I. Título.

CDU 37.018.2

Índices para catálogo sistemático:

1. CDU: Educação na escola 37.018.2

Bruna Heller - Bibliotecária - CRB10/2348

DOI: 10.56238/livrosindi202440-001

Seven Publicações Ltda
CNPJ: 43.789.355/0001-14
editora@sevenevents.com.br
São José dos Pinhais/PR

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor deste trabalho DECLARA, para os seguintes fins, que:

Não possui nenhum interesse comercial que gere conflito de interesse em relação ao conteúdo publicado;

Declara ter participado ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente nas seguintes condições: "a) Desenho do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação dos dados; b) Elaboração do artigo ou revisão para tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão";

Certifica que o texto publicado está completamente livre de dados e/ou resultados fraudulentos e defeitos de autoria;

Confirma a citação correta e referência de todos os dados e interpretações de dados de outras pesquisas;

Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para realizar a pesquisa;

Autoriza a edição do trabalho, incluindo registros de catálogo, ISBN, DOI e outros indexadores, design visual e criação de capa, layout interno, bem como seu lançamento e divulgação de acordo com os critérios da Seven Eventos Acadêmicos e Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Seven Publicações DECLARA, para fins de direitos, deveres e quaisquer significados metodológicos ou legais, que:

Esta publicação constitui apenas uma transferência temporária de direitos autorais, constituindo um direito à publicação e reprodução dos materiais. A Editora não é co-responsável pela criação dos manuscritos publicados, nos termos estabelecidos na Lei de Direitos Autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; O(s) autor(es) é(são) exclusivamente responsável(eis) por verificar tais questões de direitos autorais e outros, isentando a Editora de quaisquer danos civis, administrativos e criminais que possam surgir.

Autoriza a **DIVULGAÇÃO DO TRABALHO** pelo(s) autor(es) em palestras, cursos, eventos, shows, mídia e televisão, desde que haja o devido reconhecimento da autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial, com a apresentação dos devidos **CRÉDITOS** à **SEVEN PUBLICAÇÕES**, sendo o(s) autor(es) e editora(es) responsáveis pela omissão/exclusão dessas informações;

Todos os e-books são de acesso aberto, portanto, não os venda em seu site, sites parceiros, plataformas de comércio eletrônico ou qualquer outro meio virtual ou físico. Portanto, está isento de transferências de direitos autorais para autores, uma vez que o formato não gera outros direitos além dos fins didáticos e publicitários da obra, que pode ser consultada a qualquer momento.

Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições públicas de ensino superior, conforme recomendado pela CAPES para obtenção do Qualis livro;

A Seven Eventos Acadêmicos não atribui, vende ou autoriza o uso dos nomes e e-mails dos autores, bem como de quaisquer outros dados deles, para qualquer finalidade que não seja a divulgação desta obra, de acordo com o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e a Constituição da República Federativa.

Para os estudantes de Pedagogia.

AUTORA DO E-BOOK

Vera Rudge Werneck

Graduação em filosofia e em psicologia.

Mestrado e doutorado em filosofia.

Diretora do Colégio Padre Antonio Vieira - RJ.

Foi professora do curso de graduação da PUC-RJ e do curso de Pós- Graduação da U.C.P Petrópolis - RJ.

APRESENTAÇÃO

O trabalho de Vera Werneck, educadora de longa trajetória, apresenta os frutos de sua dedicação e compromisso com a educação, a partir de reflexões sobre o cotidiano de suas práticas. Sinto-me honrada por apresentá-lo e, ao mesmo tempo, envolvida nesta caminhada desafiadora que é partilhar conhecimentos com o outro, num emaranhado de experiências, dúvidas, acertos e limitações.

A educação é um conceito amplo, cuja origem nos permite diversas interpretações, suscitando diferentes compreensões à medida que se busca uma apreensão objetiva de seu significado. A partir de uma análise etimológica, é possível concluir que a educação é um processo que conduz o indivíduo ao seu desenvolvimento e orientação em direção a metas específicas. Além disso, esse processo nutre o sujeito, fornecendo-lhe novos recursos para atingir a plenitude. No cerne desse empreendimento está a busca pela realização humana, impulsionada pela construção do conhecimento científico, que se efetua por meio da apresentação de conteúdos e do reconhecimento de valores, definidos como aquilo que supre as necessidades e carências da pessoa humana.

A evolução de paradigmas ocorre em consonância com as inovações e descobertas no mundo, conduzindo o indivíduo em direção ao seu aprimoramento pessoal. Essas mudanças interiores representam a adoção de novas atitudes na busca por melhorias na própria vida. O ato de educar implica uma transformação do "eu", uma ação reflexiva que altera o entorno e modifica a dinâmica do grupo social. A aprendizagem, vista como uma jornada pela vida, envolve experimentação, adaptação às normas e práticas e participação em diversas atividades que estimulam o desenvolvimento de habilidades, competências e a descoberta do mundo e de si mesmo. Além disso, a educação nutre e cultiva saberes que promovem o crescimento em múltiplos aspectos, incluindo o emocional, o sensitivo, o cognitivo, o intelectual, o social e a moral, em paralelo ao amadurecimento do corpo e à evolução da alma.

Ao longo do texto escrito por Vera Werneck, torna-se evidente a importância dos valores éticos no ambiente escolar. Embora atitudes civilizadas, caracterizadas pela delicadeza, polidez e cortesia, possam parecer óbvias, elas se tornam ainda mais necessárias em uma sociedade marcada pelo individualismo e pela competitividade. O sentido etimológico da palavra educação nos remete à noção de criação, nutrição, cultura e cultivo do que há de melhor no ser humano, estabelecendo as bases para a vivência de valores éticos desde a infância até o fim da vida. Os educadores devem ter uma compreensão ampla do contexto que envolve o aprendiz e direcioná-lo na construção de sua própria história, capacitando-o a viver na sociedade com consciência e responsabilidade.

Para uma educação integral, que visa desenvolver todos os aspectos do ser humano, a mera transmissão de conhecimento não é suficiente. Os profissionais da educação, que incluem não apenas os professores, mas todos os envolvidos na instituição, devem adotar uma abordagem sensível e racional para a compreensão dos valores. O objetivo é preparar as crianças e jovens para desempenhar um papel cidadão, estimulando a conscientização, a inovação nas atividades diárias e a busca pelo novo, motivados pela racionalidade.

Espera-se que a educação forme cidadãos preparados para o novo milênio, desenvolvendo habilidades e competências para uma sociedade melhor. A intenção é transformar o ensino, deixando para trás a ideia de que a função da escola é puramente a transmissão de conhecimentos, valorizando um currículo e atitudes que respeitem as diversas realidades regionais, culturais e políticas do país.

O texto destaca que os valores não devem ser impostos de fora para dentro, mas sim emanar das necessidades individuais e do interior de cada um. A escola desempenha um papel significativo na promoção da formação ética da pessoa humana, pois o ser humano é capaz de refletir, sentir, relacionar-se e agir com livre arbítrio. Essa capacidade traz consigo a dualidade de direitos e deveres, onde muitas vezes os deveres são esquecidos, prejudicando a convivência em grupo. Tanto a família quanto a escola têm um papel relevante na formação de crianças e jovens. Mesmo diante das mudanças no meio ambiente, não necessariamente ocorrerão novos valores, mas sim uma reconfiguração na hierarquia dos valores, à medida que amadurecemos e adquirimos experiência.

A escola, portanto, não deve ser vista como uma instituição de adiestramento, mas como um local que busca, em seu cotidiano, cultivar bons hábitos que conduzam à formação integral das novas gerações. Por meio da reflexão crítica, a escola pode capacitar seus alunos a discernirem o que é melhor para suas vidas pessoais e sociais.

Na obra “O dia a dia da escola”, por meio de textos simples e atuais, a autora nos leva a perceber que a educação desempenha um papel fundamental na formação do ser humano e na promoção de valores éticos. Ela não se limita à transmissão de conhecimento, mas envolve o cultivo de virtudes e a reflexão crítica sobre o que é essencial para viver bem e ser feliz. O professor é visto não apenas como um detentor de conhecimento, mas como um cúmplice na jornada do aprendizado, inspirando e guiando os alunos em direção ao conhecimento, à sabedoria e à realização pessoal.

Professora Cintia Chung Marques Corrêa
Petrópolis, 13 de outubro de 2023.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A IMPORTÂNCIA DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	13
3 UNIFORMIDADE DE PENSAMENTO.....	15
4 O CONHECIMENTO DO ALUNO.....	16
5 A NOÇÃO DE NORMALIDADE.....	17
6 EDUCAÇÃO E CULTURA.....	19
7 INFORMAÇÃO x FORMAÇÃO.....	21
8 A IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO.....	23
9 AÇÕES PEDAGÓGICAS JUSTIFICADAS.....	25
10 A EXIGÊNCIA DO BOM SENSO.....	27
11 PSICOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO – PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM.....	29
12 CONHECIMENTO E DIDÁTICA.....	31
13 SÍNTESE x ANÁLISE x SÍNTESE.....	34
14 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO.....	36
15 A FORÇA DO ESTÍMULO: A POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO.....	41
16 O RESPEITO AO ALUNO E EXIGÊNCIA DE SIGILO.....	42
17 CURRÍCULO E PROGRAMAS.....	44
18 A VIVÊNCIA DO TEMPO.....	47
19 RÓTULOS: POSITIVOS E NEGATIVOS.....	49
20 SOBRE O ENSINO DE RELIGIÃO.....	51
21 A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.....	53
22 O PAPEL DA DISCIPLINA.....	55
23 O SIGNIFICADO DO UNIFORME ESCOLAR.....	57

24 O PAPEL DOS PAIS.....	58
25 O ESTUDO EM CASA.....	60
26 A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	61
27 A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA.....	62
28 COMEMORAÇÕES E FESTAS.....	64
29 O LUGAR DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	67
30 AS ATIVIDADES EXTRACURRICULARES.....	69
31 SOBRE A QUESTÃO DA INCLUSÃO.....	70
32 COLÉGIO x CLUBE.....	72
33 AUTORIDADE E PODER.....	74
34 O QUE SE ESPERA DO PROFESSOR.....	75
35 UMA FALA DE ALERTA.....	77
36 CONCLUSÃO.....	80

São inúmeras e excelentes as obras que tratam do tema da educação, especialmente do viés teórico. Propõem-se a defini-lo, a explicitá-lo, a fundamentá-lo filosoficamente. O objetivo desse trabalho, no entanto, é outro. Pretende ser a contribuição de alguém que passou toda a vida lidando com a educação não só na Universidade, como professora pesquisadora, mas ainda como diretora de escola e professora dos níveis iniciais. Visa, portanto, refletir sobre a prática escolar, o dia a dia da escola, suas situações mais frequentes, seus problemas mais comuns e sua incessante busca de aperfeiçoamento. Sem dúvida, é esse o objetivo de todo projeto pedagógico, e de toda a prática escolar: a constante busca de aperfeiçoamento do processo educacional. Essa é também a justificativa desse trabalho.

Muito se fala em “educação de qualidade”, sem que se precise o real sentido do termo. Em que consiste exatamente essa concepção de educação? A sua compreensão é vaga e diversos são seus significados.

O próprio termo “educação” já apresenta uma conceituação ampla e diversas interpretações. Aqui o entendemos como o processo que leva o educando a reconhecer, buscar, apreender, instaurar e hierarquizar os valores de modo a aprimorar-se como pessoa humana e como personalidade individual.

Seria, portanto, precisamente, um processo que visa o aprimoramento humano. Primeiramente enquanto “pessoa” com as suas características de corpo físico, racionalidade, vontade, liberdade psicológica, sensibilidade, afetividade, sociabilidade e, ainda, enquanto “personalidade” com características próprias e individualizantes.

Um processo que ocorre ao longo de toda a vida, como se costuma dizer: “do berço ao túmulo”, por meio de reflexões, interações, reformulações, influências provenientes de fontes variadas. Um processo basicamente desenvolvido pela família e complementado pela escola e pela sociedade. Pelo meio familiar, o meio social e o meio cultural.

O processo educativo consiste fundamentalmente em levar o educando a reconhecer os valores que podem aprimorá-lo distinguindo-os dos contravalores que lhe são prejudiciais. Deve aprender a prezar os valores vida, saúde, respeito, justiça, liberdade, solidariedade, entre outros, e a rejeitar os negativos. Em seguida, cabe aos educadores levá-los a não somente reconhecê-los, mas a buscá-los e instaurá-los em si mesmos e no seu meio social para que passem do plano teórico para o da vivência prática. A educação deve promover comportamentos e atitudes e não apenas conhecimento teórico. Finalmente cabe a esse processo conduzir à hierarquização dos valores, de modo que sejam atingidos os seus objetivos: a descoberta, a vivência do que vale mais e do que é de menor importância para o aperfeiçoamento do ser humano em sua própria humanidade.

Há ainda a considerar as inúmeras possibilidades de hierarquização dos valores por cada família e cada grupo cultural. Sendo os valores relativos à “pessoa humana” universais: vida, saúde, bem-estar, respeito, justiça, liberdade, amor, entre outros são de mais fácil hierarquização; já os relativos às personalidades esporte, arte, liderança, riqueza, sociabilidade etc. permitem grande diversidade de opções e escalonamentos.

Tomando-se a Escola como referência, a sua ação, visando a qualidade, precisa fundamentalmente ter como foco os valores relativos à “pessoa” e ainda, na medida do possível, satisfazer as diferentes personalidades dos alunos.

É sempre necessário insistir na prioridade do bem do aluno. O seu interesse vem em primeiro lugar e só posteriormente o do professor e o da família.

Currículos, programas, horários, comemorações devem visar em primeiro lugar o benefício do aluno por isso, do momento da entrada ao da saída da escola, todas as ações devem ser pedagogicamente justificadas.

Procurando atingir a “qualidade” deve ainda oferecer uma base de formação intelectual que funcione como ferramenta para o contínuo progresso do conhecimento: boa capacidade de leitura e compreensão de textos, capacidade de abstração e de simbolização para o raciocínio matemático, e ainda, o conhecimento dos fundamentos da T. I.

A qualidade se revela ainda pelo conhecimento dos conteúdos das disciplinas do currículo, de modo que o mesmo seja incorporado à personalidade do estudante possibilitando a sua aplicação no dia a dia e não apenas como preparação para as avaliações escolares.

Uma educação de qualidade propicia o desenvolvimento da sociabilidade pela convivência sadia, pela interação, integrando o aluno no seu meio cultural e conscientizando-o da sua responsabilidade social e da importância da prática da cidadania.

Enfim, uma “escola de qualidade” é a que promove uma educação como reconhecimento e, principalmente, capacidade de hierarquizar os valores e uma instrução que promova o conhecimento de conteúdos e hábitos morais e intelectuais fundamentais para uma vida digna.

Esse texto não se desenvolve numa sequência. Cada tópico pode ser lido independentemente dos outros. Seu objetivo é primeiramente apresentar uma concepção de educação e, em seguida, promover a reflexão que leva ao contínuo aprimoramento da prática educacional.

Ensina a filosofia a importância de delimitar, de definir uma questão para que melhor possa ser compreendida. Segundo o Dicionário Aurélio¹, projeto significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Plano geral de edificação. É, portanto, um exercício de projeção para o futuro, de definição de ideais, de estipulação de metas a serem atendidas para uma plenitude de realização.

Uma proposta educacional deve projetar para o futuro tanto próximo quanto distante. Deve focalizar todos os aspectos do ser humano começando por sua destinação. Sendo o homem destinado à felicidade, à plenitude, seu processo de desenvolvimento deve iniciar-se pela busca de satisfação de todas as suas necessidades. Seria esse o objetivo da educação.

A Axiologia é de grande auxílio na construção do projeto pedagógico por refletir sobre os valores a serem alcançados pela educação e por apresentar a sensibilidade como processo cognitivo. Um projeto pedagógico precisa contemplar as várias modalidades de conhecer. Conhece-se o ser pela razão, pelas idéias a eles correspondentes e o valor pela sensibilidade que se apresenta como sensação no nível material e como sentimento no não material.

Um projeto pedagógico deve abranger ambos os processos cognitivos programando-se para, por suas diretrizes e práticas, aprimora-los.

Valor é aqui entendido como o que satisfaz as necessidades humanas. Aquilo que preenche suas carências essenciais ou passageiras e que não se confunde com a noção de “bem de valor”. “Bem de valor é o que o porta, o que o contém. O processo da educação leva à busca, à instauração e à hierarquização dos valores. O valor vital corresponde às necessidades materiais: vida, saúde, bem estar. O lógico satisfaz a necessidade de conhecimento do ser, da busca da verdade e da utilidade. Explica a exigência da ciência e da tecnologia. Os valores éticos: o bem moral, manifestado como respeito, justiça, liberdade, solidariedade, honestidade, lealdade; os estéticos, beleza, harmonia, equilíbrio, proporção, os afetivos: amor, amizade, compaixão, os sociais: responsabilidade, companheirismo, tolerância entre outros, são referenciais para a construção de um projeto pedagógico.

Um projeto pedagógico parte da compreensão de que o sujeito não apenas conhece os valores, mas ainda os instaura, em si mesmo e no seu meio aprimorando-os. Não deve, portanto, limitar-se a cumprir as exigências legais e burocráticas, mas fundamentar-se em teorias da educação que justifiquem suas propostas. Parte da noção de “pessoa humana” e da sua dignidade essencial. Contemplada essa dimensão, volta o seu foco para as necessidades das personalidades com suas características próprias e individualizantes.

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

Sendo impossível a neutralidade ideológica, filosófica e religiosa melhor será manifestar a identidade da instituição do que pretender uma imparcialidade que, na verdade não existe e revela apenas indefinição e insegurança ao tentar disfarçar posições. Essa, parece ser a melhor maneira de levar o educando a refletir e a assumir com responsabilidade a própria opção ideológica e filosófica. A definição clara de sua identidade e a fidelidade a ela, sem mascaramentos ou tergiversações, engrandece a instituição de ensino. Não se está defendendo a imposição de teorias filosóficas ou de doutrinas religiosas, mas, enfatizando a importância da autenticidade para o êxito da prática educacional.

Embora essas reflexões pareçam extremamente teóricas e dispensáveis é temerário o estabelecimento de diretrizes práticas sem um referencial teórico que lhes dê um embasamento. As mais corriqueiras práticas escolares precisam estar fundamentadas em justificativas teóricas para que sejam preservadas a coerência e a harmonia, meio fundamental para fugir-se do arbitrário que expressa sempre posições autoritárias.

Finaliza-se ressaltando que o Projeto Pedagógico da instituição deve ser conhecido, compartilhado por toda a comunidade escolar para que possa realmente manifestar a sua eficácia.

Dentre os múltiplos fatores que concorrem para o bom andamento da escola, para a sua boa qualidade, destaca-se a uniformidade de pensamento e propósito. É necessário um projeto pedagógico claramente definido, conhecido e promovido por todos os que participam da sua ação: diretores, coordenadores, professores, famílias, alunos, funcionários em geral.

Não que deva haver uma imposição, uma exigência de declaração de aceitação de princípios. Evidentemente, cada professor é livre no seu pensar, no entanto, enquanto membro de uma instituição, precisa colaborar para o desenvolvimento de seu projeto pedagógico.

A uniformidade de pensamento como igualdade de pontos de vista de toda a equipe da escola é impossível e até indesejável, mas o conhecimento e o respeito ao seu projeto pedagógico são indispensáveis para o êxito do processo.

A coerência, a transparência e a responsabilidade são valores essenciais para a sua credibilidade. A escola tem a responsabilidade de pôr em prática os propósitos do seu projeto, de dar satisfação aos pais, de coerência com o discurso apresentado.

É da maior importância que os pais conheçam e concordem com o projeto pedagógico da escola para que possam valorizá-lo e colaborar com a sua ação.

Ainda dentro do tema vem a boa comunicação, a transparência que permite que as dúvidas, as reclamações sejam levadas à direção e explicitadas e não omitidas para que não se acumulem os ressentimentos e as mágoas deixando como única solução a retirada do aluno da instituição. O bom relacionamento e a confiança são valores indispensáveis para o processo da educação, em geral decorrentes do conhecimento da proposta da escola e da boa comunicação da direção com a família do aluno.

Há ainda a considerar a personalidade do professor. Há os carismáticos que, se por um lado têm uma ótima atuação conseguindo transmitir o entusiasmo pela disciplina e a admiração do aluno, por outro, podem agir negativamente pela possibilidade de constituírem uma outra “escola” dentro da escola introduzindo seus pontos de vista, muitas vezes em desacordo com os objetivos da instituição causando confusão ao aluno e desconforto aos pais.

Novas ideias, novas contribuições são sempre bem-vindas e enriquecedoras trazendo mais ânimo para os educadores, mas desde que de acordo com as linhas mestras da proposta fundamental, razão de ser da escola.

Talvez o diferencial mais importante para a avaliação da qualidade da escola seja o conhecimento do aluno. A atenção personalizada a cada um e assim, a todos eles. Algo de difícil mensuração, mas de fácil percepção. A sua qualidade não se caracteriza pelos aspectos materiais, mas pela consideração às necessidades do aluno.

O que a define não é a quantidade ou duração das aulas, o equipamento utilizado, o número de livros na biblioteca, os laboratórios, nem mesmo a qualificação do corpo docente ou o conteúdo oferecido, mas, o nível de atendimento aos alunos. Todos esses aspectos materiais podem constituir as condições para uma boa qualidade de educação, mas não são sua causa primordial.

É fundamental o conhecimento de cada aluno; de sua família, da sua situação na constelação familiar, do seu estado de saúde, seu nível de desenvolvimento intelectual e cognitivo, seu estado afetivo e emocional, seu relacionamento social. E mais ainda, as suas disciplinas favoritas, aquelas em que tem maior facilidade ou dificuldade, o esporte que pratica, o nível de domínio das tecnologias da comunicação, as condições e modo do estudo em casa. Sem esse amplo conhecimento do estudante, a escola não pode cumprir bem o seu papel.

O aluno deve sentir-se tão acolhido que tenha confiança para fazer suas queixas, reclamações e comentários sabendo que vai ser ouvido, que vai contar com a atenção do educador embora não obrigatoriamente com a sua anuência e concordância com as suas reivindicações. É importante que mesmo negando e discordando do aluno, a sua atitude receptiva leve-o a sentir-se feliz por ter sido acolhido com respeito e atenção.

Fator aparentemente de pequena gravidade como o emprego do nome correto sem trocadilhos, apelidos pejorativos ou mesmo formulas afetivas podem sensibilizar e causar desconforto. Esse tipo de procedimento ocorre muitas vezes sem que o educador deles tenha consciência. Também a confusão com outro aluno de nome ou aparência semelhante pode magoar e ser mal interpretada.

Os momentos de recreio, de lazer, de maior liberdade oferecem grande oportunidade de observação do comportamento do aluno: em que medida mostra-se autoritário, agressivo, rejeitado, isolado ou comunicativo e capaz de participar de interesses comuns?

Não se trata de dirigir a recreação, de intervir num comportamento que deve ser espontâneo, nem de simplesmente fiscaliza-lo mas de observação para o maior conhecimento.

Insiste-se mais uma vez na necessidade de justiça explícita, bem compreendida por todos. A explicação, caso necessária, deve ocorrer para maior compreensão da atitude tomada.

Enfim, o critério de valor da instituição é sempre o atendimento às necessidades e anseios do aluno. Só assim, a escola vai representar um valor para ele.

Segundo o dicionário Caldas Aulete¹, normal é: “1 – o que é natural ou habitual. 2 – o que é segundo a norma ou padrão.” Ao que parece, essa é uma boa definição: normal não é o frequente, o que acontece repetidamente. Normal é o que está de acordo com a norma. E no dicionário de Silveira Bueno², normalidade é a “qualidade ou estado do normal.” Pergunta-se então: quem estabelece a norma? É ela universal e estável ou particular e mutável? Vai ser preciso uma distinção: no que diz respeito à pessoa humana pode-se considerá-la universal e estável. Trata-se de um ser vivo, dotado de corpo físico, de capacidade intelectual, de capacidade de vontade livre e de sensibilidade/afetividade para relacionar-se socialmente. Essas características constituem a norma para o reconhecimento da pessoa humana e para o estabelecimento do ideal de normalidade: saúde, racionalidade, liberdade e responsabilidade de ação, a capacidade de amar e de respeito e justiça com o outro. De um comportamento ético e solidário. Mesmo quando impedidas de se manifestarem por fatores externos essas características justificam e expressam a normalidade e a dignidade da pessoa humana.

Para as personalidades, com suas múltiplas e variadas peculiaridades, não existe uma norma única e invariável. Ela é constituída por convenções, acordos e opções. São prescritas e estabelecidas no tempo e no espaço por quem de direito nas várias esferas da vida social.

Do ponto de vista da escola, que lida com seres humanos em processo de crescimento, é uma grande responsabilidade determinar a “normalidade”. São personalidades diversas em diferentes estágios de desenvolvimento. Mesmo assim, percebe-se, que por falta ou excesso, alguns alunos extrapolam os limites do considerado normal. Nesse estabelecimento são múltiplos os referenciais possíveis: o físico, o intelectual, o sensitivo, o relacional que se desdobram nas aptidões para os esportes, para a arte, para o raciocínio abstrato, verbal, numérico, espacial, mecânico, ou seja, para as múltiplas áreas do conhecimento e da ação. Em suma, para as várias competências e habilidades. Constitui, portanto, um imenso desafio a demarcação dos limites da normalidade no meio escolar. Sendo muito estreitos os parâmetros poucos caberão dentro deles, aumentando o número de exceções nas diversas áreas avaliadas. Ressalve-se que todo ser humano apresenta algum tipo de dificuldade, o que torna essa situação “normal”. A não compreensão dessa realidade faz com que qualquer dificuldade seja classificada como anormalidade com a conseqüente rotulação do sujeito.

Quando, ao contrário, os parâmetros da normalidade são muito largos, mesmo aqueles que apresentam claros transtornos em alguma área do comportamento são considerados normais e assim excluídos de terapias por assistência especializada que os poderia ajudar.

¹ AULETE, Caldas, Dicionário Caldas Aulete da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: L&PM, 2007.

² BUENO, Silveira, Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo, FTD, 2000.

Não se pode negar que algumas crianças e adolescentes ultrapassam os limites da normalidade por falta ou por excesso. Vai ser necessário muito bom senso e profissionalismo dos professores, psicólogos, educadores em geral para que esse reconhecimento e essa classificação não sejam feitos indevidamente com sério prejuízo para o autoconhecimento e a autoestima desses alunos.

Os rótulos são extremamente perigosos e têm a capacidade de determinar toda uma vida. Cabe à escola esforçar-se o mais possível para solucionar por si mesma as dificuldades antes de apelar por ajuda externa sem, todavia, ignorá-las ou negligencia-las, negando a possibilidade de auxílio por profissionais especializados.

A demarcação dos parâmetros da normalidade no âmbito escolar é uma das mais importantes tarefas para o profissional da educação, por ser ela fundamental para o processo educacional dos alunos.

Para o bom andamento da escola, muito ajuda a compreensão das noções da educação e de cultura, a clara distinção entre seus significados e o que se espera de cada uma.

Em geral, entende-se por cultura o resultado, o produto da intervenção humana na natureza, no meio físico, na sociedade ou no próprio indivíduo. É uma construção de sentido realizada pelo sujeito ao interferir não só na natureza, mas ainda no outro ou em si mesmo. Conforme os valores constitutivos das diferentes personalidades, conforme suas escalas de valores vai ser produzida a cultura. A cultura, portanto, expressa, manifesta, o nível de sensibilidade, de educação e de instrução dos que a produzem. Seja na arte: música, artes plásticas literatura, seja na ciência, astronomia, física, química, biologia, seja na tecnologia, aviões, computadores, celulares, edifícios, seja no esporte, na culinária ou na jardinagem enfim, toda a produção humana em qualquer área, constitui a cultura.

Assim sendo, o aperfeiçoamento da sensibilidade, e da instrução, objetivos da educação, vão propiciar um aperfeiçoamento das expressões culturais no sentido de leva-la a colaborar com a humanização do homem, a torna-lo melhor, mais saudável, mais consciente, mais solidário e não ao contrário a prejudica-lo fazendo-o mais doente, insensível e egoísta. Cabe à educação esse processo de aprimoramento humano que vai repercutir na cultura. O hábito do cigarro, por exemplo, embora cultural, foi condenado pela educação, pelo conhecimento de seus malefícios provocando mudanças nos usos culturais.

Pela reflexão filosófica, pelo conhecimento científico, pelas práticas pedagógicas, vai, a educação, interferir na produção cultural tornando-a mais adequada à melhoria da qualidade da vida humana. Espera-se dos educadores, dos que se propõe a apontar caminhos e a oferecer meios para uma vida melhor à nova geração, a busca pelo conhecimento, a reflexão filosófica, o desenvolvimento da tecnologia,

Toma-se como critério para a avaliação das culturas exatamente a medida em que prezam o respeito e a justiça, valores fundamentais para a humanidade e assim, para a educação.

Percebe-se então a contradição quando a cultura dita os caminhos para a educação sem maior embasamento filosófico ou justificativa científica. A cultura, por definição, não este engajada com o bem-estar social, nem com a educação embora, muitas vezes, concorra para esses fins. Ela pode ter um papel positivo ou negativo para o objetivo do aprimoramento do viver humano. Pode difundir práticas saudáveis ou perniciosas, conhecimento ou ilusões, respeito, justiça, solidariedade, responsabilidade social, ou práticas de desrespeito, de injustiça, de egocentrismo, e de irresponsabilidade. É exatamente a educação, a escola que deve refletir sobre sua ação.

Não há cultura neutra. Suas práticas podem ajudar ou prejudicar o aperfeiçoamento da humanidade ao concorrerem para o seu bem-estar, para maior liberdade e igualdade entre os povos. Há expressões culturais condenadas pela educação por transmitirem contravalores como racismo, machismo, tabagismo entre outras práticas nocivas ao bom desenvolvimento humano.

Ocorre, portanto, uma contradição, quando a cultura motiva a educação e não o contrário. A cultura como produção não tem como objetivo a educação embora, na prática possa com ela colaborar. Ao expressar com suas práticas, a sensibilidade, os valores e o conhecimento humano, pode constituir-se como um veículo de educação. Ao colaborar para o bem-estar social, para a maior solidariedade, para a responsabilidade, para o sentimento da cidadania, torna-se parceira da educação tendo um papel relevante no seu processo. No entanto, o contrário pode também ocorrer. Somente a liberdade e a capacidade crítica do educador vão permitir esse julgamento.

Assim, não é conveniente que a escola venha a reboque da cultura aceitando passivamente e introduzindo em sua ação manifestações culturais em desacordo com seus objetivos. Frequentemente percebe-se a pressão da mídia sobre a sua ação. Os chamados influenciadores, especialmente da mídia televisiva, não se limitam a informar e a divertir, mas assumem o papel de professores influenciando ideologicamente interpretando os fatos e inculcando ideias sem a devida justificação racional. Desse modo, em vez da escola, pela reflexão filosófica e conhecimento científico ajudar a promover a cultura, são os seus representantes que sem maiores justificativas acadêmicas, direcionam a educação.

A censura é sempre condenável, especialmente quando feita pelos governos com suas opções ideológicas.

Embora a ideologia como interpretação, esteja sempre presente nos comportamentos e atitudes, é, de certo modo, possível a sua superação pela consciência da sua interferência.

Sendo ideologia um termo de múltiplas compreensões aqui é entendido como a interpretação do conhecimento feita a partir do ponto de vista do sujeito. Como originária do inconsciente, pode tornar-se consciente pelo seu reconhecimento. Dessa interpretação decorre o preconceito, a desinformação que leva posicionamentos injustificáveis.

No caso da mídia, essa interpretação vai direcionar a escolha dos fatos a serem publicados e assim, estabelecer uma censura sobre os não escolhidos. Essa censura vai ainda ocorrer pelo modo de apresentação dos acontecimentos veiculados, pela conotação da linguagem utilizada. Embora a interpretação ideológica seja comum a todo ser humano deve ser motivo de atenção quando potencializada pelos meios de comunicação social.

A informação pode ser entendida como o conhecimento de conteúdos não sistematizados. Conteúdos esparsos e superficiais. Por exemplo, sabe-se, comumente, de modo empírico, o que fazer ante um simples mal-estar físico: tomar um analgésico, um chá, repousar, sem que se conheça o porquê do procedimento nem a causa da melhora. São informações válidas, mas não científicas por não relacionarem causa e efeito, é imenso e valioso o conhecimento empírico que se tem sobre os mais variados assuntos.

As informações chegam por inúmeras vias: pela família, pela mídia, pela escola. Algumas vezes, correspondendo aos fatos e aos conteúdos da ciência, outras nem tanto. Constituem, no entanto, um conhecimento imprescindível para o viver do dia a dia.

A formação, por outro lado, seria o conhecimento sistematizado de determinado conteúdo, um conhecimento resultante da relação causa e efeito, do estabelecimento dessa ligação. A formação médica, por exemplo, leva o profissional a conhecer a relação de causa e efeito entre a doença e o tratamento adequado.

Cabe às instituições de ensino nos seus diversos níveis promover a formação do sujeito. De modo superficial nos anos iniciais e mais aprofundado nas séries seguintes, até à sua plenitude na universidade. O ensino para ser formativo deve ser sistematizado, seguir um currículo e um programa previamente estabelecidos e oferecer não apenas informações esparsas que satisfaçam a curiosidade momentânea dos alunos.

Esbarra-se aí com a questão da motivação e do interesse do aluno. A sistematização lógica do conteúdo muitas vezes se choca com o seu desenvolvimento cognitivo e emocional. É um problema real a ser contornado pela didática: conciliar a organização lógica do conteúdo com a situação emocional e cognitiva do estudante. Como apresentar o conteúdo respeitando a sua organização sistêmica e ao mesmo tempo adequá-la a situação atual do aluno.

É a grande dificuldade do método de projetos, que atende o interesse do aluno, mas muitas vezes, fica a dever um conhecimento mais amplo e global do objeto de estudo.

São esses desafios para a didática: conseguir motivar o aluno com o próprio conteúdo e não com disfarces e máscaras que o possam tornar mais atraente e interessante. É difícil, mas não impossível desde que se apresente o conteúdo da disciplina como o objetivo a ser alcançado.

A meta da formação é fundamental, especialmente na atualidade quando as informações sobre todos os assuntos são divulgadas com grande rapidez e detalhes variados.

A função da escola não se limita à informação, cabe a ela ensinar a avaliar o conhecimento, a buscar seu valor, a situá-lo entre as múltiplas informações recebidas, a verificar sua veracidade.

A criança é hoje bombardeada com um imenso número de informações antes de ter a capacidade de avaliação, de julgamento. Essa circunstância pode deixá-la ansiosa, dogmática e facilmente presa de preconceitos. Vive-se mais o momento da informação do que do conhecimento. A divulgação científica que se encarrega de publicar suas últimas conquistas ainda de modo sintético e superficial passa a ilusão do conhecimento mais do que ele próprio.

No plano filosófico, a formação ocorre quando se instala o hábito da busca pelo mais importante em todas as situações. No plano científico pela capacidade de observação controlada, da busca da relação causa e efeito, da formulação de hipóteses e de verificação do conhecimento.

No âmbito da moralidade, pelo conhecimento da fundamentação da moral, pelo agir ético que se baseia na reflexão filosófica sobre a moral e não apenas pela apreensão de regras, legislações e códigos.

Na religião, pela capacidade de compreensão dos princípios da doutrina escolhida, pela coerência na ação e não pelas práticas secundárias de ritos e cultos.

É preciso lembrar que o conhecimento humano se inicia com a apreensão de uma síntese que lhe é apresentada para evoluir, em seguida, para uma fase de análise, para pôr fim se solidificar em outra síntese pessoal e criativa que demonstra a passagem do estágio de informação para o de formação da área em foco. A análise, embora com a ajuda do professor, deve ser pessoal, caso contrário vai consistir apenas em decorar fórmulas prontas e na repetição das palavras do professor. A síntese deve ser pessoal para que se incorpore ao sujeito como parte de si mesmo.

Em conclusão, a formação acontece pela fundamentação do conhecimento, pela organização do pensamento que situa a parte no todo. É um processo que decorre da compreensão da relação entre as partes, da sistematização do conhecimento, da capacidade crítica e não apenas do armazenamento de informações.

É importante que o aluno ache que valeu a pena ir à escola. Nada mais frustrante do que o aluno que chega à casa afirmando ter perdido tempo indo à aula. “Nada foi dado”, “Não tivemos aula”, “Só tivemos uma aula”, “O professor faltou” são frases infelizmente ouvidas com certa frequência. A sensação de perda de tempo, de inutilidade da ida à escola é muito negativa para o desenvolvimento do estudante. Cada dia deve ser importante, deve ter valido a pena.

O tempo perdido não pode ser recuperado plenamente. O momento próprio para a aprendizagem do conteúdo fundamental é esse. Embora o aprendizado de conteúdos continue por toda a vida, a base que facilitará esse conhecimento é constituída na infância e na adolescência. O dia da aula deve ser bem aproveitado para a aquisição do conhecimento que dá o fundamento para todos os outros: a aprendizagem da lógica, do raciocínio abstrato, da linha do tempo histórico, da noção de espaço geográfico, das bases das ciências biológicas.

A educação de qualidade segundo Michael Young¹, reconhecido sociólogo e pedagogo inglês, é a que oferece um “conhecimento poderoso”, ou seja, a que constrói bases firmes para o futuro do estudante. A que leva à capacidade de compreensão e de avaliação e não apenas ao armazenamento de dados; a que desenvolve o raciocínio abstrato; a que proporciona as noções de espaço e tempo e não apenas informações provavelmente superadas em pouco tempo. Informações pontuais e não sistematizadas não constituem conhecimento. As aprendizagens essenciais vão perdurar por toda a vida e qualificar o sujeito humanamente.

Evidencia-se então a necessidade de um conteúdo adequado e consistente que dê uma base firme para o conhecimento de cada disciplina.

É ainda marca do conhecimento valioso o que leva à empolgação, ao entusiasmo, ao encantamento, o que deve ser obtido não por recursos externos e artificiais, mas pelo próprio conteúdo bem apresentado. Essa é a importância da didática que não reduz o conteúdo, mas o apresenta de maneira atraente. O estudante deve ficar empolgado com o conteúdo aprendido, sentir-se importante por estudar aquela disciplina. O bom professor faz importante a sua disciplina. A aprendizagem deve permitir ao estudante relacionar o seu conhecimento com os acontecimentos do dia a dia.

Para os que consideram ser o relacionamento social, o desenvolvimento da sociabilidade e o aprendizado da moral e da cidadania, pela vivência prática o principal objetivo da escola, pode-se afirmar que a ênfase no conteúdo em nada dificulta esse aprendizado.

¹ Young, Michael. A propósito de uma sociologia crítica da educação. In: Revista brasileira de estudos pedagógicos 67 (157), 1986.

Um conteúdo essencial não é obstáculo para uma orientação sobre a exigência da moral na vida social e na prática da cidadania. Ao contrário, ao reforçar a responsabilidade e o respeito pelo conhecimento também fortalece os laços sociais.

A escola tem objetivos claramente definidos em seu projeto pedagógico. Assim sendo, todas as práticas devem estar de acordo com ele e serem, portanto, justificadas. Não podem acontecer, na escola, ações, eventos e atitudes sem uma razão plausível. É inadmissível o fazer por fazer, o agir de modo aleatório, fortuito. Muitas práticas ocorrem sem maior razão apenas por modismo, por influência da mídia.

Os influenciadores culturais, os profissionais da mídia se preparam para informar e divertir, mas não para educar e ensinar, embora eduquem e ensinem. Educam e ensinam de modo empírico. Não têm como objetivo o aprimoramento humano pelo desenvolvimento de suas características fundamentais: a saúde, a racionalidade, a vontade livre, a autonomia, a sensibilidade, a afetividade. Podem ou não promover o desenvolvimento dessas faculdades, mas não é esse o seu objetivo. Esse é o objetivo da escola em todos os níveis. A mídia nas suas diversas modalidades pode propiciar ou prejudicar os processos de educação e de instrução.

Cabe à escola refletir sobre essa questão e aproveitar o que coincidir com os seus objetivos e alertar para o negativo, e não passivamente acomodar-se aceitando todas as performances da cultura sem maior avaliação. Hábitos culturais, em desacordo com a ciência como o fumo, por exemplo, não podem ser apoiados pela escola. Comportamentos que restringem a capacidade crítica, a acuidade para distinguir notícias falsas, o respeito pelo outro, o senso de justiça, a liberdade de ação, a responsabilidade social não pode ser aceita pela educação. Também os que embotam a sensibilidade para o bem, para o belo e o verdadeiro devem ser condenados.

O que caracteriza a instituição de educação é o finalismo de suas ações, que devem ter objetivos definidos. Nada pode acontecer a esmo, pois toda ação deve sempre ser justificada.

Partindo desse pressuposto, pergunta-se por que a insistência da escola no conhecimento da árvore genealógica do aluno: sendo a família bem estruturada, esse ensino vai ocorrer naturalmente. Os próprios pais vão se incumbir de apresentar a família. Vão explicar quem são os avós, os tios e primos. Caso contrário, para que trazer à baila e divulgar situações complexas, por vezes dolorosas, com detalhes cujo conhecimento em nada beneficiam a criança pondo-a, muitas vezes, em situação de desconforto diante da turma. Seria esse um conhecimento a ser dado pela família e não pela escola.

Comportamentos relativos ao sexo também pertencem ao âmbito da família. Cabe à escola o ensino da anatomia e da fisiologia humanas, sobre genética, sobre saúde e os cuidados necessários à sua manutenção. Questões ligadas ao comportamento dependem dos princípios da família, da sua visão de mundo, da sua visão do “outro”, da sua liberdade de pensamento.

A noção de preconceito também é bastante subjetiva, de difícil precisão. O preconceito existe quando a afirmação não se sustenta de nenhum modo, pois quando é justificada por razões empíricas, científicas, filosóficas ou religiosas não se tem o preconceito, mas o conceito, o conhecimento. Não cabe à escola decidir o que é ou não preconceito. Sua missão é ensinar o que é ciência, o que é conhecimento acumulado. Note-se ainda que a idade psicológica não coincide com a cronológica nem com a seriação escolar. Cada aluno está vivendo um momento próprio do seu processo de desenvolvimento humano.

É difícil também compreender o objetivo de se aprofundar, com trabalhos e pesquisas com crianças e adolescentes, temas em discussão nos mestrados e doutorados. Teorias em aberto que se limitam com questões filosóficas, como a origem do universo entre outras, são temas que podem ser levantados como teorias, mas não aprofundados por estudantes que não têm ainda uma bagagem de conhecimentos que lhes permita um saber consistente.

Informações decoradas inutilmente, já que de fácil acesso nos dias de hoje, ao que parece, também não se justificam.

Antes de oferecer um determinado conteúdo, é preciso perguntar-se em que medida vai ser útil por promover o desenvolvimento intelectual e emocional do aluno; se é adequado à faixa etária em foco e com que amplitude deve ser apresentado. Talvez seja essa uma reflexão que ajude a escapar da chamada “cultura inútil” e de conhecimentos inadequados para o momento vivenciado pelos estudantes.

Entende-se por bom senso a sensibilidade para perceber as necessidades maiores distinguindo-as das menos importantes, a capacidade de coerência, de equilíbrio, de juízos de valor justificáveis.

Com o “bom senso” o professor vai equilibrar o comportamento dos alunos e conseguir o clima de harmonia para a sua classe. Por meio dele vai contrabalançar a igualdade, garantindo direitos iguais para todos, com a liberdade dos indivíduos mantendo a iniciativa dos líderes sem permitir que dominem os mais passivos.

É o bom senso e o profissionalismo que levam o professor a considerar e a procurar satisfazer as necessidades especiais de cada aluno, sem rotulá-lo ou permitir que a turma o faça.

As ações não podem ser praticadas abertamente, através de rótulos e títulos que ponham em evidência os problemas pessoais e disciplinares do aluno para conhecimento de toda a comunidade da escola: alunos, pais, funcionários, professores de outras disciplinas. Ao contrário, essas informações são sigilosas, só devendo ser compartilhadas por aqueles que delas necessitam para o seu labor. Seriam então desenvolvidas ações específicas que beneficie assim esses alunos sem os porem em evidência. Não que se deva ignorar as diferenças e as necessidades especiais, mas elas podem ser tratadas com discrição e respeito de modo a permitir que esses estudantes sejam considerados como “iguais” pelos seus colegas. Talvez, melhor do que provas e trabalhos especiais, sejam provas iguais com correção especial e compreensiva. É importante para o aluno sentir-se igual e sem discriminações ou privilégios que o marquem diante dos colegas e dificultem a sua superação.

Somente o bom senso e o profissionalismo do professor vão poder, mantendo a aparência da igualdade perante a turma, apoiar os mais especiais e promover a justiça, compensando a situação sem marcar o mais necessitado, permitindo assim que participe em boas condições do andamento da turma. A situação de privilégio, mesmo quando justificada, nunca é favorável para o bom relacionamento da turma.

Diante do aluno com necessidades especiais a turma apresenta, em geral, três comportamentos típicos a serem trabalhados pelo educador: Ignorância, desconhecimento - finge que não vê, não toma conhecimento e segue a sua rotina; rejeição; comportamento mais raro, mas existente - agride, caçoa, recusa a comunicação; proteção benevolente - protege, infantiliza, trata como se o aluno fosse de menor idade. Beijinhos, abraços, mas não compartilhamento e cumplicidade.

É importante, na constelação da turma, a liberdade de ação, o aprendizado da autonomia e do protagonismo e ao mesmo tempo o controle dos líderes para que não ajam como ditadores impondo as suas vontades.

A manutenção do equilíbrio de forças na turma é fundamental, já que o reconhecimento público das desigualdades pode levar tanto a grandes injustiças como ao seu contrário.

Outro aspecto a considerar é o trabalho de grupo. A composição do grupo exige grande sabedoria. Um grupo constituído só pelos melhores vai produzir muito, mas por em evidência as dificuldades dos mais fracos. Constituído apenas por esses vai produzir pouco e marcar muito o seu rendimento insatisfatório. O grupo misto, mais equilibrado assim como pode estimular os mais carentes pode também promover a acomodação, deixando a maior parte da produção para os mais capazes e permitindo que os menos estudiosos se aproveitem do esforço alheio. Esse equilíbrio de forças exige muito bom senso, conhecimento da turma e senso de justiça. Essa situação talvez possa ser contornada com a avaliação individual e não coletiva.

Também o “dever de casa” exige muito bom senso. Sendo seu objetivo a promoção do trabalho independente, o senso de responsabilidade e o desenvolvimento do hábito do estudo não pode ser tão difícil que exija a ajuda dos pais e nem tão fácil que se torne enfadonho e sem interesse.

O professor age ainda com bom senso quando dificulta a matéria provocando resultados mais baixos para estimular o estudo ou, ao contrário, quando ameniza um pouco o rigor da avaliação para despertar o interesse da turma como técnica de motivação.

São, enfim, inúmeras as situações na escola em que mais do que conhecimento se pede ao professor sensibilidade e bom senso.

Sendo a Psicologia a ciência que estuda os fenômenos e atividades mentais, o comportamento animal e humano em suas relações com o meio, a psicologia do desenvolvimento considera não apenas a idade cronológica, mas a psicológica de cada pessoa viva. Visa conhecer o desenvolvimento intelectual, cognitivo, socioemocional do sujeito. Constitui um conhecimento fundamental para o estabelecimento de currículos e conteúdos escolares que devem estar adequados à capacidade de compreensão do estudante no momento da aprendizagem. A simples divisão lógica dos conteúdos desconsidera esse aspecto, tornando penosa a construção do conhecimento.

A própria linguagem dos textos precisa ser adequada à compreensão do nível de desenvolvimento psicológico. As informações não compreendidas pelo desconhecimento do vocabulário e do seu significado podem distorcer a aprendizagem e perturbar o equilíbrio emocional do aluno. Temas que supõem conhecimento prévio ou maior maturidade emocional só podem ser abordados com a necessária explicação e com a certeza da sua utilidade no momento para que não fiquem como informações inúteis que vão causar dúvidas e confusões posteriores.

Também, a Psicologia da Aprendizagem é da maior importância no processo do conhecimento. Embora o primeiro contato do aluno com os conteúdos seja por crédito na revelação do professor, no segundo momento deve ocorrer pela compreensão pessoal para a apropriação do conhecimento.

Conhece-se algo quando se é capaz de relacionar causa e efeito e sistematizar o seu conteúdo. É uma performance que exige o hábito de observar e de buscar o essencial distinguindo-o do acidental.

A partir desse pressuposto alguns objetivos se definem: a introdução do espírito científico pela observação e não apenas do cientificismo; a atenção às propostas da Gestalt, que mostram ser mais fácil a apreensão dos conteúdos organizados e globalizados do que as informações esparsas que não são percebidas como parte de um todo; a atenção às contribuições da neurociência. Afirma Marta Kelvas em *Presença Pedagógica* – janeiro 2021 pg. 8, que “o importante para o cérebro humano é que as informações precisam ser coerentes, contextualizadas e associadas com experiências anteriores que estejam arquivadas nas áreas cerebrais específicas para que ocorra a assimilação e o entendimento de determinados conhecimentos.”

Cabe ao educador conhecer o funcionamento do cérebro dos seus alunos: suas características gerais e individuais para estabelecer não só os currículos e os conteúdos, mas ainda a duração de cada aula.

Também o estado emocional é fundamental no processo da aprendizagem, já que interfere no interesse e na atenção ao conteúdo transmitido.

Considerando-se que o processo de aprendizagem se inicia por uma síntese do conteúdo que vai ser analisado pelo professor e pelo aluno, é necessário que a síntese final seja feita o mais possível pelo aluno e não apresentada pronta pelo professor para ser aceita, decorada, aprendida sem maior compreensão. Evidentemente a análise vai contar com a intervenção de quem ensina, pelo modo como vai apresentá-la. Não existe neutralidade no processo de ensino, mas, na medida do possível, a síntese final deve ser desenvolvida pelo aprendiz.

O novo objetivo que se impõe à escola de oferecer além do conteúdo teórico o ensino de competências e habilidades, embora compreensível pelas necessidades práticas da vida, além de exigir mudanças metodológicas pode constituir uma perigosa concepção de educação.

A noção de educação fundamenta-se na capacidade de avaliar valores e não em preparação de profissionais. Embora uma postura não exclua a outra, é possível a reflexão teórica juntamente com o objetivo da promoção de competências e habilidades. Vai ser preciso muita atenção e cuidado para que os dois aspectos sejam contemplados. Uma educação puramente pragmática e utilitarista pode descambar para o desrespeito à dignidade da pessoa humana e reduzir-se a treinamentos e condicionamentos.

O saber fazer exigido pelo mercado não dispensa a capacidade de julgamento, de avaliação. Os currículos devem, portanto, conciliar os conteúdos teóricos que promovem a reflexão e a compreensão da realidade com a visão prática do mundo.

Entendendo-se por competência a capacidade para solucionar situações complexas percebe-se que ela supõe conhecimento, reflexão filosófica, capacidade de avaliação. Seria a capacidade de fazer escolhas, de decidir, de optar que precisa sempre ser justificada. Como decorrência da competência vêm as habilidades específicas para as diversas áreas de atuação humana que exigem uma preparação mais objetiva. Um engenheiro de grande competência pode desenvolver uma habilidade específica para um determinado procedimento da sua área. Um aluno competente em língua portuguesa pode ter ou não habilidade para produzir poesias. Médicos de grande competência podem não ter habilidade para determinados procedimentos práticos.

Cabe à psicologia da aprendizagem conciliar o conhecimento teórico – reflexivo com a competência para o enfrentamento de situações práticas.

O objetivo da escola é proporcionar conhecimento. São inúmeras as modalidades de conhecimento sendo as principais o empírico, o científico, o filosófico e o adquirido por crédito.

Conhecer é apropriar-se de um conteúdo tornando-o parte de sua própria personalidade com capacidade de avaliá-lo e dele utilizar-se nas situações práticas da vida. Cabe à escola oferecer todas as modalidades de conhecimento embora de modo desigual.

O conhecimento empírico: é o obtido pela experiência. Também a escola oferece o conhecimento empírico pela disciplina, pela repetição de ações como cumprimentos, ações de higiene, lavagem das mãos e uso de máscaras, ordem com os materiais utilizados, regras de arrumação etc. que são ações aprendidas sem a explicação detalhada dos “comos” e “porquês”. Elas são introjetadas constituindo uma aprendizagem da maior importância para a convivência. Comportamentos de respeito, cordialidade e etiqueta que serão guardados pela vida afora foram aprendidos pelo ensaio e erro e pela tradição; família – pais.

Como exemplo de conhecimento empírico temos o recurso ao analgésico, ao fermento na confecção do bolo, o ato de ligar a televisão ou o automóvel, são ações executadas por conhecimento empírico, por experiência já que o leigo não sabe explicar o seu processo de funcionamento.

O conhecimento científico é o que propriamente caracteriza o aprendizado da escola. Embora aqui também possa haver a contribuição dos pais, ela é bem menor já que não se pretende que seja feita por eles. Exige a preparação acadêmica que se espera dos professores. Ele se propõe a instaurar o espírito científico, e não apenas a promover o conhecimento de fórmulas prontas. Entendendo-se como ciência o conhecimento das causas dos fenômenos. Em qualquer disciplina deve visar a relação causa e efeito e a sistematização. Informações esparsas não constituem conhecimento. A didática de projetos pode funcionar bem, mas deve seguir um roteiro previamente estabelecido para não descambar para um conjunto de informações desconectadas que não constituem propriamente conhecimento.

O conhecimento filosófico também pode ser caracterizado como científico já que procura as causas primeiras e fundamentais dos fenômenos e a sua sistematização. Filosofia não é o mesmo que “filosofia de vida” “excentricidade”, posicionamento político. Embora sofra como todo conhecimento, a interferência da ideologia, não se confunde com ela. Ideologia seria o processo proveniente do imaginário que faz com que os conteúdos do conhecimento sejam interpretados a partir de um ponto de vista.

O conhecimento por crédito, por fé é o que é adquirido pela livre aceitação de uma revelação. Pode ocorrer em dois níveis: No natural em que aceitamos as informações do outro, baseados simplesmente na sua credibilidade. Nas primeiras aulas o aluno aceita a palavra do professor por fé.

Acredita no seu conhecimento e na sua honestidade. À medida em que passa a dominar o conhecimento vai abandonando o comportamento de fé e passa para a compreensão e posterior avaliação do conteúdo transmitido. No plano sobrenatural em que as revelações ultrapassam a capacidade da compreensão lógica, por livre e espontânea vontade ainda que exigindo credibilidade do revelador, situam-se as religiões.

É responsabilidade da escola oferecer o conhecimento em todos os seus níveis com consciência da situação de cada um.

Há ainda que refletir sobre os diferentes modos de aprender. O processo de aprendizagem modifica-se conforme o conteúdo a ser conhecido. Vai desde o conhecimento de aspectos materiais até aos mais abstratos.

No contexto da escola são duas as principais modalidades de aprendizagem: a das ideias e a dos valores.

Aprendem-se ideias e aprendem-se valores. Aprendem-se ideias com o intelecto, com a razão, e os valores com a sensibilidade. Essa diferença é fundamental para a construção do conhecimento. Ideias motivam, valores mobilizam. O conhecimento de ideias leva a juízos, a raciocínios, a hipóteses, a teorias, a leis, a aplicações tecnológicas. É o objetivo das instituições de ensino. Expor o conhecimento, transmitir o saber acumulado com diversas metodologias e recursos didáticos.

O objetivo dessa transmissão não é somente o armazenamento, o enciclopedismo, o cientificismo, mas também a assimilação, a construção individual do conhecimento, de modo a levar à mudança de ponto de vista, à instrução e à cultura do estudante. Todo o esforço é feito no sentido de chegar aos melhores meios para o atingimento desse fim.

O conhecimento dos valores, do que vale na vida é feito de outro modo e traz outras consequências. Como já foi dito, é um conhecimento que mobiliza, que leva à ação. Não ocorre por meio de aulas e discursos, mas por experiências, por vivências. Assim como não se ensina a nadar ou a andar de bicicleta com palestras e explicações teóricas, não se ensina moral, ética, arte, religião desse modo.

Valores são aprendidos por práticas, por experiências. De pouco adianta uma exposição teórica sobre ética se não for seguida de exemplos práticos. Essa é a força do teatro, das novelas. Não fazem explicações teóricas. Mostram situações práticas da vida.

Do mesmo modo, o ensino de religião não é o mesmo do que o conhecimento de história, das religiões, das diferentes doutrinas religiosas ou da sua manifestação artística. As religiões se fundamentam no sagrado, na transcendência. Exigem o comportamento de fé. Devem ser transmitidas com esse enfoque ou deixadas de lado. O seu aspecto histórico, artístico ou antropológico deve ser oferecido nas aulas de história, de geografia, de sociologia ou de filosofia.

O ensino confessional exige vivência, exige prática. Por esse motivo, deve ser feito, em primeiro lugar, pela família e só secundariamente pela escola. Cabe à família proporcionar situações que levem à vivência da fé. Situações práticas da vida que confirmem a sua religião para que ela não se limite apenas a um conjunto de rituais vazios, sem sentido, mas que expresse verdadeiramente uma opção existencial.

O PAPEL DA DIDÁTICA

Entende-se por didática, a arte de ensinar. O melhor modo pelo qual o aprendiz vai aprender um determinado conteúdo, ou um comportamento.

A didática se fundamenta na psicologia da aprendizagem. Embora possa usar recursos lúdicos não tem o objetivo de divertir, de disfarçar de amenizar as dificuldades do conteúdo, nem atrair o aluno para a escola. Seu objetivo é apresentar a matéria de modo a facilitar a aprendizagem pela dosagem adequada, explicitação do vocabulário, relação com a vida atual.

Levar à compreensão da importância do conteúdo apresentado é fundamental para a boa disposição do aluno para o conhecimento. Quando o conteúdo aparece para ele sem nenhum significado para a sua realidade torna-se difícil a aprendizagem. É importante a contribuição de Ausubel¹ com a sua aprendizagem significativa.

Não basta aproveitar o interesse do aluno que pode ou não estar de acordo com o currículo e o programa do curso é necessário motivá-lo despertando o seu interesse, a sua atenção.

A didática deve ao máximo valer-se do conteúdo da própria disciplina e usar o menos possível de artificios estranhos a ela como jogos, brincadeiras, competições, trabalhos de grupo para construir o interesse do aluno. Ele deve sentir-se valendo mais por aquela aprendizagem e não considerá-la um mal necessário para a obtenção do grau, do certificado.

¹ AUSUBEL. David P., Aquisição e retenção do conhecimento: Uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.

Refletindo sobre o conhecimento percebe-se que ele só ocorre verdadeiramente quando se processa na sequência síntese – análise – síntese. Quando é feita uma análise pessoal entre duas sínteses.

Os saberes são inicialmente apresentados aos alunos como uma síntese feita por alguém que, por princípio, deve deter o conhecimento. Alguém, o autor do livro didático ou o professor que estudou as diversas disciplinas: línguas, pátria e estrangeiras, matemática, história, geografia, ciências biológicas entre outras. Estudo esse mais ou menos aprofundado. Em seguida, por meio da transposição didática, apresenta, os conteúdos aos alunos utilizando os artifícios da didática para organiza-los e facilita-los, como prontos e como verdades indiscutíveis.

Esse tipo de aprendizagem é o mais possível e frequente. Vai levar, na maioria das vezes, a um conhecimento por crédito, por aceitação e não por compreensão. É um conhecimento superficial, mas fundamental e viável. É o que comumente acontece no ensino básico.

Critica-se muito o chamado “decoreba” embora a memorização seja uma função importante a ser desenvolvida por facilitar enormemente a aprendizagem. O mal do chamado “decoreba” não está na memorização, mas na aceitação passiva sem a real compreensão do conteúdo.

Para que o conhecimento se aprofunde e solidifique é necessário o segundo momento, o da análise feita pelo próprio estudante. É bem diferente saber quem foi Machado de Assis, conhecer sua biografia, nomear suas obras principais situá-lo na história da literatura brasileira de ler seus livros e fazer sobre eles uma apreciação pessoal. É bem diferente o estudo sobre uma região, um lugar, uma cidade de uma observação pessoal com fins científicos.

A análise pessoal é que leva ao verdadeiro conhecimento. Na realidade, esse procedimento é de difícil execução. Difícilmente o aluno pode ter acesso às fontes primárias em história, geografia, biologia. Em algumas disciplinas, as experiências em laboratórios ou a lógica das operações contornam esse obstáculo, mas em outras, o processo torna-se quase impossível. O tempo e o espaço concorrem para esse impedimento. O aluno é levado a aceitar quase passivamente o conteúdo que lhe é oferecido como verdade inofismável.

O ideal seria, na medida do possível, proporcionar ao estudante uma aprendizagem constituída não da aceitação passiva, mas da possibilidade de análise pessoal dos conteúdos. Em história, por exemplo, apresentar os fatos com o máximo de relatos diferentes o mais possível filtrados de interpretações ideológicas. A reflexão sobre a impossibilidade de imparcialidade e a atenção para as notícias falsas.

A terceira etapa seria a da síntese final decorrente dessa análise pessoal e não daquela inicial apresentada no início do estudo.

Quando esse processo se faz plenamente ocorre o conhecimento duradouro e bem fundamentado que vai embasar os do nível universitário ou das várias ocupações futuras. É um saber que não serve apenas para provas e obtenção de créditos e notas para o complemento do curso, mas que se incorpora ao sujeito constituindo a sua personalidade.

Essa síntese final determina a aprendizagem e o tipo de saber de cada um.

A questão da avaliação é da maior importância em qualquer projeto pedagógico. Avaliar significa verificar o valor de algo, ou seja, verificar em que medida o objeto da avaliação satisfaz as necessidades e anseios do sujeito a que se refere. A avaliação exige que se conheça previamente as necessidades do avaliado, o que lhe falta, para que possa ocorrer. É preciso saber o que lhe é próprio, adequado e ideal para o seu desenvolvimento como pessoa e como personalidade individual. Desde a alimentação, as práticas esportivas, os conteúdos do conhecimento, a vida socioemocional. Só então podem ser estabelecidos os currículos e os programas dos cursos. Essa reflexão inicial com fundamentos na filosofia e na religião é o primeiro passo no processo de avaliação.

Como já foi dito, avaliar não é o mesmo que medir. Medir seria verificar como algo se situa em relação a um referencial previamente estabelecido. Tomando-se, por exemplo o metro como referência, pode-se medir e a partir do resultado obtido, avaliar o objeto. A medida auxilia a avaliação, mas não a substitui nem se confunde com ela.

Muitas vezes na prática escolar toma-se a medida como a própria avaliação. As notas referentes a resultados de performances em provas e trabalhos servem apenas para medir o conhecimento, mas não para avaliar o próprio aluno intelectualmente, emocionalmente e até, como por vezes acontece, moralmente. Ante a dificuldade para a construção de instrumentos para o julgamento do valor de algo, muito comumente recorre-se à medida objetiva como sucedâneo. Há sempre o temor justificável da interferência da subjetividade do avaliador. A solução talvez seja a consciência de que a medida auxilia a avaliação, mas não a substitui, de que deve-se utilizar as medidas com o devido cuidado e de que o aluno, como ser humano, apresenta sempre inúmeras possibilidades que ultrapassam qualquer medida.

A simples consciência desse fato já é de grande ajuda no processo de avaliação. Essa consciência leva a um olhar mais amplo, mais imparcial e à admissão de possibilidade de mudança dos instrumentos da medida, à admissão da dificuldade advir do instrumento e não do aluno, de novos critérios de avaliação. São posturas que muito contribuem para o êxito da avaliação.

O aluno tem o direito de conhecer o critério de avaliação adotado para certificar-se de sua justiça. Inúmeros são os critérios de avaliação da aprendizagem adotados pelas instituições de ensino:

- a verificação objetiva da correspondência das respostas com o esperado. O saber do aluno o mais possível semelhante ao do professor ou ao do manual adotado. O aluno deve saber o que o professor sabe para que a aprendizagem seja considerada válida.
- a verificação da qualidade e da quantidade de conhecimento sobre o tema independentemente do ensinado. Privilegia a suficiência e a coerência.

- a verificação da assimilação, do assenhoreamento do conhecimento que leva à autonomia, à competência, à capacitação para a sua utilização.
- a verificação da capacidade de comunicação, de expressão verbal decorrente do conhecimento do conteúdo.
- a verificação do comportamento socioemocional que permite a produção em grupo.

Além desses, outros critérios podem ser registrados. O que importa é a consciência de que um foi escolhido e justificado, a consciência da relatividade da avaliação.

Do ponto de vista prático, essa consciência vai evitar as recuperações e reprovações por décimos, a exagerada atenção aos dados numéricos e às estatísticas.

Considera-se, em geral, como distribuição ideal das notas numa turma 25% abaixo da média, 50% na média e 25% acima dela. Como técnica didática, pode o professor propositalmente, como estratégia, alterar essa distribuição, mas em geral pode-se concluir que uma grande parte dos alunos abaixo ou acima da média indica uma falha no processo de aprendizagem.

A diversificação dos instrumentos de medida facilita a avaliação. Em geral são utilizados nas instituições de ensino, a prova escrita, os trabalhos de pesquisa, os trabalhos de grupo, o exame oral e ainda a observação controlada. Todos esses instrumentos são válidos por auxiliarem a avaliação do aluno.

A prova escrita pode ser de perguntas e respostas mais ou menos objetivas ou discursiva. Quando se limita a respostas muito objetivas ou ao preenchimento de claros exige-se do estudante apenas estudo e memorização, sem deixar espaço para a argumentação. Quando discursiva, pode limitar-se o tema ou, por vezes, ao espaço, ou desenvolver-se de modo a permitir a produção criativa e autoral do estudante.

O trabalho de pesquisa é bastante útil quando adequado ao nível de desenvolvimento do aluno, para que possa ser feito por ele próprio, sem a ajuda da família ou de professores, ou não se reduza a uma cópia quase sem sua participação.

O trabalho de grupo exige atenção especial no momento da sua constituição. O grupo deve ser homogêneo para que realmente todos colaborem e o trabalho não seja feito apenas por alguns. Por outro lado, um grupo constituído apenas por alunos mais fracos produz pouco e não promove o crescimento de seus membros. É um desafio para o professor a constituição ideal do grupo para que haja real produção e aproveitamento para todos os componentes.

O avaliador precisa perceber a importância da sua avaliação. A nota expressa não apenas o nível de conhecimento do aluno, mas interfere diretamente na sua autoestima e no seu estado emocional.

No Fundamental I a nota pouco expressa a verdade sobre a criança já que ela muda com grande rapidez. O que não conhecia no momento da avaliação vai dominar pouco tempo depois. A nota serve apenas para a construção da autoestima e para a formação do hábito de estudo. A melhor forma de avaliá-la é pela observação sistemática e controlada.

A partir dos 7º e 8º anos, a nota já passa a ter um significado maior manifestando o conhecimento real do aluno. Por esse motivo exige grande critério por parte do avaliador.

O número de avaliações deve corresponder à carga horária da disciplina: Exemplo:

- Uma aula por semana: 2 avaliações, a prova e mais uma por período.
- Duas aulas por semana: 2 avaliações: a prova e mais uma ou duas por período.
- Três aulas por semana: 3 avaliações: a prova e mais duas por período.
- Quatro aulas por semana: 4 avaliações: a prova e mais três por período.
- Cinco aulas por semana: 5 avaliações: a prova e mais quatro por período.

Essas determinações não são rígidas podendo ser adaptadas às circunstâncias. O que se pretende é um real conhecimento sobre a situação do aluno em relação aos conteúdos e sobre a sua auto avaliação.

Sobre o critério de notas:

A nota máxima só deve ser atribuída a situações de excelência indubitável. Não deve ser banalizada. Quando é obtida por muitos alunos significa que o nível de ensino do conteúdo pode ser aumentado. Pode-se exigir mais para que não haja desestímulo. O aluno que a obtém no 1º período sem maior esforço já sabe que está praticamente aprovado e que não precisa maior dedicação, podendo haver o risco da acomodação.

Ao contrário, a nota mínima zero – 1 – 2 revela um total falta de produção ao longo de todo o período. Ela expressa uma situação extremamente grave que exige cuidados especiais. O fato deve ser relatado à direção para as providências cabíveis.

Do ponto de vista emocional pode interferir na autoestima do aluno causando desestímulo, desistência de esforço e acomodação quando percebe que não vale mais a pena maior estudo pois já está em recuperação ou reprovado.

Vai ser necessário buscar as causas do problema:

- total incapacidade cognitiva do aluno. Essa situação obviamente se revela em todas as disciplinas e não apenas em uma e pode ser um caso para inclusão.

Quando a dificuldade se apresenta em algumas disciplinas específicas:

- dificuldade de compreensão de texto, algo que pode ser sanado com o auxílio do professor.
- incompatibilidade com o professor.
- total desinteresse pela disciplina. Justifica uma nota entre 4 e 6 mas não o zero que expressa uma ausência de qualquer produção ao longo de todo um período, fato a ser analisado nos primeiros sinais.
- falta de cobrança da escola, que poderia na primeira falta tomar providência exigindo que a tarefa fosse feita fora do horário regular.

A avaliação escolar precisa expressar com a maior fidelidade a situação do aluno para que sejam evitadas as discrepâncias entre os seus resultados e as futuras performances da vida em geral tão comumente encontrados. Só o maior conhecimento do aluno pode minimizar esses desencontros e contradições tão facilmente encontrados pela vida afora.

O Exame Oral tem por objetivo promover a assimilação do conhecimento. Conhecer um conteúdo não se resume em decorar informações e respostas prontas, mas em uma reflexão que leva à assimilação de modo a incorporá-lo à própria personalidade.

O Exame Oral promove a organização do pensamento e a capacidade de expressão verbal. O conhecimento do vocabulário adequado e a distinção entre o essencial e o acidental.

Não se pretende verificar se o aluno aprendeu o que foi ensinado ou o que se encontra no livro didático adotado, mas sim o quanto e com que profundidade domina o tema em questão. Caso se utilize de outras fontes de conhecimento ou dê opiniões próprias cabíveis sobre o tema deve ser apoiado e estimulado. O aprendizado real não acontece apenas na escola.

Finalmente, o aluno deve entender o porquê do seu sucesso ou fracasso nas performances escolares. Cabe ao professor usar sua competência e o seu bom senso para aprová-lo ou reprová-lo de maneira evidente sem que parem dúvidas sobre seu procedimento. A explicitação do critério adotado muito ajuda para que atinja o seu ideal de competência e justiça.

Muitos educadores se questionam sobre a chamada “Semana de Provas”. Qual o seu sentido, as suas vantagens e desvantagens.

Talvez possa se considerar como vantagem o estudo intensivo durante esse período, o maior interesse dos pais que, em geral dão menor atenção ao estudo regular durante o resto do tempo.

Por outro lado, como o aspecto negativo, pode-se perceber uma distorção da noção de aprendizagem que acaba confundida com as de urgência e de ansiedade. É bom ter sempre em mente que o importante não é estudar, o importante é aprender. Dificilmente ocorre propriamente um

aprendizado eficaz com esse modelo de busca de conhecimento. Há uma tentativa de memorização, de apreensão de informações dispersas e descontextualizadas sem maior compreensão dos conteúdos propriamente ditos que, frequentemente são esquecidos logo após a verificação.

Registra-se ainda a associação negativa do estudo com ansiedade, o medo, o nervosismo que prejudicam o processo do conhecimento e não propiciam maior responsabilidade.

A busca do saber deve ser entendida como um processo normal, se possível prazeroso e eficaz pela sua relação com a própria vida. Sendo assim, não seria mais adequado estimular a aprendizagem ao longo de todo o período por meio de avaliações das várias disciplinas com datas distantes para que pudesse haver maior dedicação a cada uma retirando a tensão e desenvolvendo o hábito do estudo diário? Um calendário de provas bem contrabalançado facilitaria a aprendizagem permitindo maior aprofundamento dos conteúdos.

A grande colaboração dos pais seria a de propiciar os meios para o desenvolvimento do hábito do estudo diário como um comportamento normal e sadio não exaustivo, que não impedisse o convívio familiar, a prática de esportes e de manifestações artísticas.

Da parte da escola seria necessário avaliações frequentes e exigentes, maior atenção às acomodações e a constante investigação do progresso no processo de aprendizagem do aluno.

Repetindo o que já foi dito, insistimos na afirmação de que avaliar não é o mesmo que medir. Merece mais aplauso o que passou de 4 para 6 do que o que desceu de 9 para 7. Devem ser considerados não os valores absolutos, mas o movimento ascendente ou descendente. É grande a importância do estímulo no processo da aprendizagem: a força de um elogio, o reconhecimento de um esforço. Partindo da afirmação de que cada um se comporta de acordo com o que acha que a sociedade espera dele, o considerado “mau aluno” vai sempre agir como tal para corresponder às expectativas.

O estímulo é fundamental para o processo de aprendizagem. Por outro lado, a facilidade em obter sucesso também desestimula e desvaloriza a aprendizagem. Muitos alunos tem notas altas apenas por terem sido rotulados de bons alunos.

Muitas vezes os professores são mais rigorosos com os alunos do Ensino Fundamental II do que com os do Ensino Médio, que reivindicam mais e se defendem melhor.

Uma palavra, um interesse pela família, uma ligação emocional pode mudar o comportamento do aluno. O problema é a justiça. Não mostrar tratamento desigual. Não agradar mais a uns do que aos outros. Não mostrar preferências. Desafio: estabelecer ligação emocional sem mostrar preferências. Acreditar. Mostrar que é sempre possível melhorar.

Com frequência ocorre o fato do cansaço do professor com determinadas questões, por já tê-las vivido inúmeras vezes levam-no a achar o assunto repetitivo. Repetitivo para o professor, mas não para o aluno que o está vivendo pela primeira vez.

Embora seja difícil para o professor cabe a ele renovar a questão, compreendendo a situação do aluno para permitir-lhe viver aquele momento como inédito e especial, mantendo o seu interesse.

Não há porque inovar o programa a cada ano, não repetir situações e acontecimentos com a desculpa de já ter sido feito no ano anterior. O aluno é outro, as circunstâncias não são exatamente as mesmas o que permite a renovação sem a mudança radical.

Quando se pensa em respeito imagina-se logo alguém idoso, doente ou hierarquicamente superior, pais e mestres. No entanto, deve-se lembrar que a criança e ao adolescente, especialmente pelo seu estado de vulnerabilidade merecem proteção e respeito. Talvez o melhor modo de se posicionar ante o aluno é vê-lo como um filho. Só assim vão-se entender as suas necessidades e dificuldades.

A criança e o adolescente sadios devem sempre querer crescer, galgar etapas, se afirmar e não regredir ou estacionar numa posição. Cabe ao professor ajudá-lo nesse processo, colaborar para que ultrapasse barreiras e supere dificuldades. Para esse objetivo são fundamentais o elogio na hora certa ou, ao contrário, a crítica, a reclamação que vão levá-lo ao crescimento.

Por esse motivo, qualquer rótulo, pré-julgamento ou preconceito podem prejudicar o processo. Assim, ao apresentar o aluno ao novo professor, não é aconselhável que se ofereça justamente um relatório sobre sua performance anterior. Que o novo educador possa avaliá-lo por si mesmo sem a influência de julgamentos prévios. Muitas vezes as novas avaliações surpreendem, mostrando uma incompatibilidade de personalidades dele com o antigo professor e abrindo a possibilidade de novas revelações.

Outro aspecto a considerar é o do direito ao sigilo. As ocorrências, com cada aluno, suas faltas, seus erros e dificuldades devem ser mantidas em sigilo, só sendo tratadas por quem de direito e de modo confidencial: o professor, o coordenador e os pais e não com outros membros da comunidade escolar: comunicação, secretaria, inspetores, outros professores, outros alunos e especialmente, pais de outros alunos. Qualquer comentário com pessoas alheias ao interesse do aluno constitui falta de ética, desrespeito ao direito do aluno.

Essa comunicação escola x pais por questões de rendimento nos estudos, por problemas psicológicos ou de comportamento não pode ter intermediários que romperiam o segredo profissional. É uma relação com o mínimo de interlocutores possível para que seja resguardado o respeito ao aluno e mantida a sua possibilidade de superação.

Também o modo pelo qual são transmitidos os conteúdos demonstram o respeito ao aluno. Especialmente as disciplinas Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Literatura levam ao desrespeito ao estudante quando apresentam opiniões de seus professores, como dados científicos considerados dogmas indiscutíveis.

O enfoque ideológico é inevitável. Considerando-se a ideologia como a interpretação do conhecimento a partir de um ponto de vista, todo ser humano como situado no tempo e no espaço, conhece ideologicamente. Essa situação, no entanto, não implica em relativismo entendido como a negação da possibilidade de conhecimento objetivo. Para o relativismo os conteúdos não apenas

estariam submetidos à interpretação do sujeito, mas decorreriam da sua própria criação. Seriam constituídos por ele.

Ao contrário do relativismo que nega a possibilidade do conhecimento da verdade, a relatividade admite esse conhecimento constatando apenas a interferência que nele exerce o posicionamento do conhecedor. Não nega a possibilidade do conhecimento objetivo, mas mostra que o ponto de vista do sujeito interfere no seu modo de conhecer.

Assim sendo, o modo mais correto de conhecer um objeto seria o de apreciar os deferentes pontos de vista de abordá-lo. Essa prática ideal ocorre, em geral, nos níveis de estudo mais avançados, na Universidade por exemplo, quando seriam apresentados ao estudante diversos pontos de vista, diferentes interpretações sobre os temas em estudo.

No nível fundamental, e mesmo no médio, essa prática torna-se difícil pela imaturidade e desconhecimento das informações básicas pelo aluno.

Como introduzi-lo nos temas respeitando a sua liberdade de interpretação? A solução parece ser a busca da maior objetividade possível na transmissão dos conteúdos.

Sendo impossível a total imparcialidade e objetividade na apresentação do conhecimento, que, no entanto, deve sempre ser almejada, que prevaleça a interpretação constante no projeto pedagógico da instituição.

Dada a impossibilidade de plena avaliação por parte do aluno, por conta do seu desconhecimento do assunto e da sua imaturidade intelectual e emocional, com cada professor apresentando seu próprio ponto de vista, muitas vezes em contradição com a proposta da instituição escolhida pelos pais, a aprendizagem será prejudicada levando o aluno ao descrédito, à superficialidade, à aceitação passiva ou até mesmo ao cinismo.

O respeito à liberdade do aluno, à formação da sua capacidade crítica são inquestionáveis. Nem de modo explícito nem de modo velado é lícito ao professor doutrinar o aluno, incutir-lhe ideias, mas sim leva-lo a pensar por si mesmo, até mesmo a discordar.

Coerência, honestidade e transparência são valores fundamentais no processo educacional. A prática do ensino das diferentes disciplinas deve refletir o projeto pedagógico apresentado aos pais no momento da matrícula.

O estabelecimento dos currículos e dos programas para os cursos torna-se outro grande desafio para os educadores pela necessidade de conciliação da sua proposta pedagógica com as determinações oficiais do Estado. Muitas vezes, encontram-se contradições entre elas. Vai ser preciso acatar a legislação sem abandonar os princípios pedagógicos que justificam a instituição.

Entende-se por currículo a disposição das disciplinas a serem ministradas ao longo do curso. Como deve ser a sua distribuição para se adequarem à progressão psicológica do estudante com sua capacidade de aprendizagem, e, ao mesmo tempo, atenderem à lógica do conteúdo da disciplina.

Ante a questão sobre o que deve ser ensinado, sobre o que é considerado importante, válido, essencial para fazer parte do currículo, chega-se naturalmente à antropologia filosófica. Quem é o sujeito, o que se deseja para ele, o que se espera da ação educacional. Dessas respostas decorre a busca de critérios para a avaliação.

O currículo é o resultado de uma seleção, de um conjunto de saberes, alguns são escolhidos para constituírem o currículo.

Já se viu ser impossível a neutralidade ideológica. Os currículos expressam sempre uma identidade, uma postura ideológica, uma maneira de interpretar a realidade. Manifestam a identidade humana, a nacional e a particular revelando as necessidades de cada uma. O desejo humano de expressão e de comunicação que explica as línguas nos currículos, a capacidade de abstração e de mensuração – a matemática, o conhecimento do próprio corpo e do seu meio ambiente – as ciências em geral, a geografia, a história e as expressões culturais.

Os currículos mostram a identidade das instituições: o que pretendem com a educação, o conceito aceito, seus objetivos, métodos e práticas. O modo como distribuem as disciplinas revela a importância que dão a elas. Podem visar primordialmente o desenvolvimento da pessoa, do profissional ou do cidadão, por exemplo. Podem, do ponto de vista social procurar ajustar as crianças e jovens à sociedade existente ou levá-los a promover a sua transformação. Ralph Tyler¹ na sua obra “Princípios básicos de currículo e ensino”, Porto Alegre, Globo, 1974, propõe 4 questões básicas para a organização dos currículos:

1. Que objetivos educacionais deve a escola procurar atingir.
2. Que experiências educacionais devem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos.
3. Como organizar eficientemente essas experiências educacionais.
4. Como podemos ter certeza que esses objetivos estão sendo alcançados.

¹ TYLER, Ralph, Princípios básicos de currículo e ensino. Porto Alegre: Globo, 1974.

Essa certeza parece impossível, no entanto, a prática pedagógica deve sempre estar de acordo com os objetivos do projeto inicial. É por isso fundamental que esses objetivos sejam definidos de modo claro e explícito para que toda a equipe possa trabalhar no mesmo sentido.

Cada disciplina do currículo estabelecido deve seguir um programa previamente estipulado que organize a quantidade e as qualidades dos conteúdos transmitidos dentro de um tempo previsto. Assim, qualquer novo professor que chegue à instituição pode continuar o trabalho do seu antecessor sem mudança de rumo e solução de continuidade.

Os Programas expressam, portanto, a distribuição dos conteúdos considerados válidos ao longo dos. Devem expressar o projeto pedagógico da escola e não do livro didático utilizado. Assim como os currículos, devem estar ajustados ao desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos e, ao mesmo tempo, oferecer conteúdo que atendam às suas necessidades imediatas e proporcionem uma base para o seu aprofundamento futuro. Para esse intuito, apoiam-se na Psicologia do desenvolvimento, na Psicologia da aprendizagem, na Gestalt e na Neurociência.

A psicologia da aprendizagem vai estudar a questão da transposição didática como técnica facilitadora da aquisição do conhecimento. A transposição didática visa apresentar os conteúdos de modo simplificado para que possam ser compreendidos pelo iniciante. Conforme a sua disposição, no entanto, podem facilitar ou dificultar a aprendizagem. O livro didático, para ajudar a compreensão do conteúdo, deve apresentá-lo de modo organizado, claro e metódico. Não sendo árido não deve também estar tão preocupado com o aspecto lúdico que distorça o conteúdo e perca a conexão com a disciplina em questão. Do ponto de vista ideológico, deve estar de acordo com a visão de instituição para não confundir o aluno. Na medida do possível, procurar apresentar o conteúdo de maneira isenta e imparcial deixando os comentários para o professor.

Também o denominado “currículo oculto” deve ser objeto de reflexão pelos educadores. De extrema importância, constitui a “visão de mundo” da instituição que, por ser transmitida de modo constante e assistemático, vai marcar profundamente o imaginário do aluno sendo fundamental para sua constituição.

O “currículo oculto” é constituído pelas práticas da escola: tradições, costumes, hinos, festas, comemorações, relações sociais que, velada e indiretamente, transmitem uma interpretação da realidade: uma visão do mundo, do outro, do papel de cada um na sociedade, de responsabilidade social, que, em geral, perdura por toda a vida.

Concorre ainda para o êxito dos programas a prática dos cronogramas no início do curso. O tempo dentro da escola esvai-se muito rapidamente. A quantidade de acontecimentos inesperados, de variáveis intervenientes no processo levam, muitas vezes, à dispersão, à perda dos objetivos, à mudanças de rumo.

O estabelecimento de cronogramas se não impede essas dificuldades, ao menos as minimiza. Faz com que se volte ao objetivo primordial e se tenha ao final do curso a sensação do cumprimento das metas estabelecidas.

Juntamente com os programas dos cursos, são indispensáveis os seus cronogramas.

A vivência do tempo, fator importante a considerar no processo da educação, varia bastante com a idade e a circunstância. É bem maior para a criança do que para o adulto. A capacidade de aguentar e vencer a fadiga aumenta com a idade e com o desenvolvimento emocional. O índice de fatigabilidade na criança é muito alto. Sua capacidade de atenção cresce com a idade. Esse aspecto precisa ser focado ao se preparar uma aula, uma reunião, uma celebração.

Respeitando-se o nível de desenvolvimento cognitivo e emocional do aluno podem se estabelecer alguns critérios de duração das atividades: No nível infantil não devem ultrapassar os 15 – 20 minutos para que consigam manter o interesse da criança. Já na 1ª etapa do Fundamental podem atingir os 50 minutos alterando a exposição oral com atividades práticas. No Fundamental II pode-se esperar a atenção por mais de 50 minutos. Explicações orais de matemática, gramática, história ou geografia podem motivar o aluno por esse tempo.

No Ensino Médio, por conta do interesse do aluno (e não do professor), podem-se admitir dois tempos seguidos da mesma disciplina.

As aulas dobradas, no entanto, no nível escolar, devem ser em geral, evitadas por vários motivos: queda de atenção, desperdício de tempo na 2ª aula, prejuízo maior pela falta do professor ou do aluno.

No nível universitário as aulas em geral têm duração de 2 ou 3 tempos seguidos, considerando-se que os estudantes são adultos.

Mais do que a duração da aula, para o processo da aprendizagem importa a motivação, o interesse do aluno e a metodologia do professor.

A aprendizagem não é medida pela quantidade de tempo a ela dedicado. Pode-se aprender mais em 15 minutos do que em 2 horas de aula sem interesse. Não é o número de dias, nem o de horas que define a aprendizagem, mas sim a intensidade e o interesse. Aprende-se pela apreensão do conteúdo como um todo, pela relação do conteúdo com a própria vida pessoal, pela capacidade de motivação do conteúdo e do professor e não pela duração temporal. Há uma exigência de intencionalidade por parte do aluno ao contrário da sua assistência passiva.

De qualquer modo, é fundamental a atenção para a fadiga do aluno. Daí a importância da alternância de práticas: aula expositiva seguida de prática escrita, de pesquisa pessoal, diálogos, trocas entre professor e aluno e alunos entre si. Não propriamente um debate que supõe o mesmo nível de conhecimento entre os debatedores, mas o diálogo socrático que leva ao raciocínio e à conclusão pessoal.

O tempo e o espaço, embora não essenciais no processo de aprendizagem, podem constituir fatores propiciadores ou inibidores da sua realização.

Considerando outro aspecto do fator tempo na escola percebe-se que qualquer ocorrência no seu ambiente deve ser resolvida com a maior presteza. O aluno tem esse direito. Um pedido de revisão de prova, uma queixa de injustiça, um desentendimento aluno x aluno, aluno x professor ou família x direção deve ser resolvido se possível no mesmo dia, para que a aula seguinte comece sem mágoas e com todas as possibilidades de êxito. Os problemas solucionados antes de irem para as casas e as famílias tornam-se menores e de mais fácil solução. O hábito de postergar as soluções, o deixar para o dia seguinte, é bastante nocivo para o bom relacionamento entre os atores do processo educacional. Um fato de pouca importância para o professor pode significar muito para o aluno.

Nada mais difícil do que avaliar. Saber o valor de algo para o ser humano. É necessário, primeiramente, conhecer o que lhe falta, quais as suas necessidades para só então poder distinguir o que para ele vale, o que para ele é valor, o que supre a sua falta, o que preenche a sua necessidade.

Avaliar o aluno é avaliar em que medida o seu conhecimento corresponde ao esperado para o seu momento no processo de desenvolvimento. Espera-se, por exemplo, de uma criança de 7, 8 anos que seja capaz de ler e compreender textos simples que possibilitem maiores avanços no futuro. A partir dessa expectativa vai-se avaliar o seu nível de desenvolvimento. O mesmo ocorre em outras instâncias dos saberes. A avaliação é contínua, pois a evolução e as mudanças são constantes.

Dessa constatação vem o perigo de, a partir de uma avaliação feita numa determinada época, fixar-se um rótulo que pode não mais corresponder à realidade atual. Muitos são considerados “bons alunos” somente por terem correspondido ou mesmo superado as expectativas em determinada situação escolar, enquanto outros, ao contrário, por não terem a elas correspondido, são marcados como “maus alunos”. Em geral, não são feitas maiores pesquisas sobre os porquês dessas performances, o que dificulta maior precisão no conhecimento do estudante.

Esses rótulos simplificadores atribuídos aos alunos, classificando-os como “bons” ou “maus” muitas vezes perduram por toda a vida com justiça ou não, sempre de modo muito questionável.

São esses rótulos que explicam a surpresa quando ao longo da vida percebem-se “bons alunos com fraca atuação profissional e humana e alguns rotulados de “maus alunos” com excelentes performances em ambas. Tais constatações levam a muitos questionamentos e constituem um alerta para as conclusões apressadas de avaliações.

Outro aspecto a considerar é o da autonomia do estudante, como avaliar a ajuda dos pais interferindo na sua produção. É um tipo de intervenção que mascara a realidade dificultando a avaliação. É diversa a produção do aluno na escola, em situação de independência, da influenciada pelos pais ou professores particulares. Talvez a mais fiel seja a avaliação pela arguição oral em que a relação seja direta sem a distorção dos meios. Mesmo nesse caso, mesmo com a interferência no julgamento da subjetividade do examinador, é possível um conhecimento mais exato do aluno e da sua real situação de aprendizagem.

Apesar de todos esses percalços é justo, estimulante e pedagogicamente correta a condenação da preguiça, do relaxamento, da acomodação e do desinteresse do aluno que resultam no fracasso escolar e o elogio e a premiação que reforçam o empenho, a dedicação o senso de responsabilidade que respondem pelo êxito, pelo sucesso na aprendizagem.

Os rótulos pesam por muito tempo e alguns pela vida toda. Os positivos, exigindo a manutenção da expectativa, mantendo a preocupação em não decepcionar em conservar o bom nome. Os negativos, como estigmas que impedem novos olhares, novas compreensões até mesmo por parte do próprio sujeito, que aceita o rótulo como certo e se comporta de acordo com o que pensa que a sociedade dele espera. Aceita sobre si mesmo uma avaliação negativa que impede qualquer progresso na sua vida.

Para o êxito do processo da educação é fundamental a autenticidade. A coerência entre o pensar, o falar e o agir. Por esse motivo as escolas confessionais, para garantirem a sua legitimidade, precisam proporcionar o ensino de religião.

É objetivo comum a educação integral, ou seja, a educação que visa o aluno por inteiro, em todos os seus aspectos: o físico, o emocional, o intelectual, o social e o espiritual. Para atender à característica da espiritualidade presente em diferentes níveis em cada um, é preciso oferecer um conhecimento sobre o transcendente.

Não se ensina Religião. Transmite-se fé. Só quem tem fé pode transmiti-la. Ter fé é aceitar a existência do transcendente e para os cristãos a existência do Deus Criador manifestado na Santíssima Trindade. A fé não é transmitida em aulas pelo conhecimento racional, mas pela experiência do Sagrado. Pela oração, pela postura do professor, pelo seu exemplo, pela sua convicção, pela sua piedade. Só depois de passada a chama, vai-se buscar a fundamentação doutrinária para que o aluno não se torne vítima fácil de credices, superstições, usos, costumes, práticas culturais. A doutrina deve ser ensinada de modo claro e preciso, sem fantasias ou interpretações pessoais. Quando ela é aprendida corretamente, mantém-se por toda a vida. O aprendizado bem feito da doutrina e da moral cristã leva ao respeito pelo outro e pelas outras religiões. Quanto melhor, mais profundo e puro for o conhecimento da doutrina da sua religião maior respeito pelas outras e por seus seguidores.

A escolha da religião, assim como do tipo de alimentação ou da vacinação só pode ser feita na idade adulta e com conhecimento de causa. Até lá, é preciso conhecer e praticar uma, alimentar-se e vacinar-se. A religião apresenta-se como valor. É, portanto, conhecida pela sensibilidade e não pela razão como um conjunto de ideias.

O ensino de várias religiões na idade em que se devia adquirir a fé e a base doutrinária de modo correto, distinto das práticas culturais, leva à perda da fé. É um processo de intelectualismo que retira o valor do sagrado igualando a religião aos usos e costumes da cultura. É um processo de retirada do seu valor e de transformar a religião numa simples disciplina igual às demais.

Um desfile de religiões permite apenas um conhecimento superficial de todas elas, com ideias distorcidas e preconceitos. Na realidade, findo o curso o aluno não sabe praticamente nada de cada uma por motivos óbvios. Somente num nível adulto em que esse conhecimento possa ser aprofundado, ele se justifica.

O ensino de religião não se confunde com o de história. O conhecimento da História se diversifica em vários ramos: História Política, História Econômica, História da Arte, História das Mentalidades, História das Religiões entre outros. É um conhecimento constituído por ideias e

desenvolvido pela razão. História das Religiões não é Religião. Nem os processos cognitivos, nem os conteúdos são os mesmos.

Do mesmo modo a simples participação nas manifestações culturais, como festas populares e comemorações cívicas, embora de grande importância para a formação do sentimento de pertença a uma comunidade, não substitui o ensino da religião.

Religião não se confunde também com o ensino da Ética ou de Civismo. São conhecimentos que se distinguem tanto pelos conteúdos como pelos processos cognitivos.

Para que ocorra a educação integral, alvo de todos os projetos pedagógicos, é necessária a atuação em todas as potencialidades do psiquismo humano, inclusive na da espiritualidade.

Conclui-se, portanto, pela importância de cada área do conhecimento e pela necessidade de adequação do seu ensino ao objetivo proposto, ao processo cognitivo adequado e ao momento oportuno.

Sim, é necessário ensinar moral. Não a moral entendida como conjunto de preceitos convencionais estipulados em determinado período histórico por um grupo social, como normas variáveis no tempo e no espaço, mas, o princípio universal da moralidade: “Faça o bem e evite o mal”, “Não faça ao outro o que não queres que faça, a ti mesmo”. Esse princípio embora natural, precisa ser estimulado e levado à reflexão pelo educador.

A par dele vem a ética como reflexão filosófica sobre a moral buscando conhecer o que seria o “bem” em cada circunstância. Embora o princípio da moral seja estável e universal, a sua aplicação prática varia no tempo e no espaço exigindo a reflexão ética. No processo da educação todos os momentos e todas as disciplinas oferecem situações para reflexões sobre a ética. A própria “eticazinha” ou etiqueta deve ser apresentada como expressão da ética e não como regras ou convenções sociais. O conteúdo da ética não precisa constituir uma disciplina independente, mas deve ser contemplado ao longo de todo o processo de ensino.

O civismo como sentimento de “pertença” a uma comunidade, como responsabilidade social é também um saber a ser transmitido pela educação. Não como ufanismo ou como xenofobia, não como nacionalismo inconsequente, mas como amor à pátria e reconhecimento da sua interdependência com todas as nações. O amor à pátria leva à solidariedade com os irmãos, à responsabilidade pelos seus conterrâneos.

Assim sendo, não há nenhuma restrição ao ensino de Moral e Cívica. A disciplina sempre ensinada informalmente foi oficialmente introduzida em 1969 pelo decreto-lei nº 869 juntamente com a “Organização Social e Política Brasileira”. Em 1971 voltou com as disciplinas “Educação Moral e Cívica”, “Educação Física”, “Programa de Saúde” e “Educação Artística”.

Condenada por ser o seu conteúdo considerado extremamente ideológico durante o período militar mostrou, com o passar do tempo, a sua necessidade e a inevitabilidade de algum viés ideológico a ser conhecido e controlado. Retornou então com nova nomenclatura “cidadania, moral e ética”, como disciplina incluída no ensino fundamental.

Mesmo a BNCC reconhece a sua importância definindo-a como a competência “responsabilidade e cidadania” entendida como “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos sustentáveis e solidários”. O excesso de características talvez dificulte e confunda a compreensão do seu objetivo, pode-se dizer.

Sendo impossível evitar totalmente a interpretação ideológica, conclui-se que, melhor do que retirar esse conteúdo do ensino seria buscar os seus fundamentos filosóficos na noção da dignidade da pessoa humana e nos seus direitos e deveres. A vida em sociedade exige as noções de respeito e de justiça estabelecidos pela ética e a consciência da responsabilidade social pela prática da cidadania.

Os dicionários consultados dão, mais ou menos, as seguintes definições para disciplina: princípios de ordem estabelecidos para o funcionamento adequado de uma instituição; observância de preceitos e normas escolares; obediência das normas de organização; ordem, respeito, obediência às leis e às regras.

Quando se fala em disciplina pensa-se, imediatamente, no comportamento do aluno e, na maior parte das vezes, no seu mau comportamento. A disciplina, no entanto, como observância de preceitos e normas escolares, ou como princípios estabelecidos para o bom funcionamento de uma instituição, aplica-se não só aos alunos, mas especialmente aos coordenadores, professores, inspetores, enfim, a todos os que lidam com os alunos.

É sabido que a melhor forma de ensino é pelo exemplo. O rigor no cumprimento do horário, na entrega das correções e das notas, nas atitudes, nas vestimentas, ensinam mais do que os discursos vazios. Parece pouco importante o pequeno atraso do professor para iniciar a aula, a finalização um pouco antes do horário estipulado, que reduzem a duração da aula dos 50 minutos previstos para 45 ou menos, diminuindo o tempo de aprendizagem e instituindo maus hábitos.

O educador não pode mostrar atitudes que reprovaria no aluno. Saber administrar o tempo é uma virtude de grande importância para todas as profissões especialmente para uma que transmite os valores pelo exemplo.

Do ângulo do aluno, a disciplina visa não apenas a tranquilidade da turma, essencial para o ensino e a aprendizagem, mas, fundamentalmente, a apreensão do valor do respeito e da justiça que vão levá-lo a perceber a importância de dar a cada um o que lhe é devido. É devido ao colega o direito de aprender e ao professor o de ensinar. É devido à instituição o acatamento às regras e normas estabelecidas para o seu bom funcionamento.

Não se deseja uma disciplina de cumprimento automático dos regulamentos por medo de punições, de consequências negativas, mas, ao contrário, uma disciplina feita de compreensão e colaboração.

Esse é um belo ideal, mas de difícil consecução. Não é fácil conseguir esse modelo de disciplina. Os discursos podem ajudar, mas não levam de imediato a uma mudança de comportamento. Talvez o que mais contribua para a disciplina desejada seja a implantação de bons hábitos, de condicionamentos adequados. As fórmulas de convívio social: bom dia, por favor, muito obrigado, expressam sentimentos sem dúvida, mas no dia a dia manifestam hábitos adquiridos que facilitam a convivência social. A exigência de uso correto do uniforme instituído, hábito de respeito às normas, tão importante para a cidadania.

Não é compreensível permitir que se instalem maus hábitos para, posteriormente, com muito esforço e desgaste da autoridade, eliminá-los.

Há ainda a considerar o direito do aluno, que como qualquer ser humano reage ao modo como é tratado. Uma aula desinteressante, repetitiva, cansativa, um professor sem vocação e sem presença de palco podem explicar o mau comportamento, a indisciplina.

Precisa também ser considerada numa reflexão sobre a disciplina, a situação existencial do aluno: seus problemas de saúde, de família, de meio ambiente, da vida social e econômica, para que se perceba até que ponto nela interferem.

A questão da disciplina leva a grandes divergências, dependendo da hierarquia de valores de cada um. As famílias e as instituições precisam, por isso, estabelecer com muita clareza seus princípios e normas para atingir a meta de uma disciplina que expresse os seus objetivos pedagógicos, evitando regulamentos variáveis conforme o professor do momento o que confunde o aluno e desvirtua o processo.

São inúmeros os significados e os objetivos do uso de uniformes escolares: anular as possíveis diferenças sócio – econômicas, igualando os alunos e fazendo com que se sintam membros de uma comunidade e pertencentes a uma instituição; ensinar a cumprir as normas, comportamento fundamental para bom relacionamento social.

O uniforme escolar tem ainda o objetivo de valorizar a instituição manifestando a sua identidade. Pelo vestir mostra-se a importância dada a cada situação, a cada instituição. Militares, bombeiros, policiais, médicos, enfermeiros e juízes, por exemplo, cumpririam perfeitamente as suas tarefas de bermuda, camiseta e sandália havaiana, mas o uniforme e a postura os valorizam e valorizam a sua profissão. Os professores devem ter esse fato em mente quando dão as suas aulas ou participam de eventos escolares. Valorizem-se para não serem, como frequentemente ocorre, socialmente desvalorizados.

O que importa não é a aparência estética, mas o valor atribuído a cada situação. Esportistas em situação de campeonato, bailarinos na apresentação, músicos em orquestra valorizam as suas atuações, portanto usam uniformes impecáveis.

Uma maneira de valorizar a escola é pela exigência do uso correto do seu uniforme. Especialmente as festas e as celebrações são dignificadas pelo modo de vestir dos participantes. Mostra-se a importância da cerimônia do casamento não só pela vestimenta especial, mas pelo cuidado com a aparência física: cabelo, maquiagem.

Essa reflexão justifica o uniforme especial e atenção à aparência pessoal nas cerimônias escolares. Demonstra o conhecimento do processo psíquico do aluno e o seu aproveitamento para fins pedagógicos.

Cabe aos pais a educação de seus filhos. Cabe a eles propor uma hierarquia de valores que possa ser vivenciada e justificada. São eles que vão mostrar o que vale e o que não vale, o certo e o errado, como agir, o que se pode ou não fazer. Educar como o reconhecimento, a busca, a instauração e a hierarquização de valores de modo a aprimorar a pessoa e a personalidade de cada um.

Em segundo lugar, os pais também respondem pela instrução. Ensinam especialmente os saberes empíricos, algum conhecimento científico, um conhecimento filosófico mesmo sem se darem conta e a fé religiosa. Cabe a eles a transmissão da fé e da religião e não propriamente à escola.

Ao contrário do ensino formal que tem como objetivo principal a instrução e secundário a educação, os pais respondem em primeiro lugar pela educação e, numa certa medida, pela instrução.

Essas são afirmações relativas que dependem das circunstâncias.

Há ainda a considerar nessa ação dos pais a transmissão da visão de mundo e da ideologia. Enquanto que a transferência do conhecimento se faz de modo consciente, a da visão de mundo e da ideologia ocorre de maneira mais ou menos inconsciente, sem o seu pleno conhecimento.

São inúmeras as conceituações de imaginário, de ideologia e de cosmovisão. Vai-se aqui entender o imaginário como uma instância psíquica proveniente do inconsciente e que dá origem à visão de mundo e à ideologia.

A visão de mundo e a ideologia originárias do imaginário podem ser entendidas como a interpretação do conhecimento do mundo e da vida social a partir de um ponto de vista.

Todo ser humano é situado no tempo e no espaço, portanto todo o seu conhecimento é feito a partir de seu ângulo de visão, o que não invalida o conhecimento nem leva ao relativismo, mas mostra a sua relatividade à posição do sujeito.

Os pais, sem terem propriamente consciência do fato, transmitem aos filhos a sua visão de mundo decorrente de sua história de vida, do seu ponto de vista histórico, cultural, econômico e social. Apresentam o que importa mais ou menos no estilo de vida, nos hábitos, na alimentação, na moradia, nos bens materiais.

Do mesmo modo a ideologia, aqui compreendida como o modo de entender o relacionamento e os papéis sociais fundamentados no imaginário, e a partir de um ponto de vista, também é por eles transferida a seus filhos. Assim é determinada a importância da família, do homem, da mulher, do pai, da mãe, dos avós, da criança, do jovem, do idoso, do professor, da autoridade, do governo, do racismo, do machismo, do feminismo entre outras categorias. Essa tomada de posição, por advir do imaginário e depender do ponto de vista, é relativamente consciente e assim muito pouco sujeita à crítica, é tomada como verdade absoluta e sem justificativas.

O jovem recebe então a influência do imaginário social e vai construir pelas suas vivências o seu imaginário individual. Essa influência existe, mas não é determinante. Pelo autoconhecimento e pela reflexão, pode sempre ser modificada.

Dependendo da situação a instância ideológica, existente em todo ser humano, pode tornar-se consciente, permitindo uma auto avaliação extremamente produtiva que vai permitir uma postura mais compreensiva para os posicionamentos contrários. Permite ainda uma reavaliação da própria maneira de pensar, ou para modificá-la ou reafirmá-la de modo consciente.

Do ângulo prático, cabe à família proporcionar as condições para o bom aprendizado e não propriamente o ensino dos conteúdos que é a função da escola.

É importante a presença dos pais acompanhando o desenvolvimento, estimulando, mostrando interesse, elogiando, dando apoio emocional, mas não anulando a personalidade do filho, retirando dele a autonomia e a responsabilidade.

É aconselhável inculcar desde cedo o senso de responsabilidade: a capacidade de responder pelos seus atos, a percepção da consequência de suas ações, lembrando sempre que responsabilidade não significa ansiedade, angústia ou medo.

Os termos utilizados nas diversas situações muitas vezes deturpam o que se deseja transmitir, modificando, e até mesmo contrariando o significado a que se propõem. Assim acontece com a expressão “dever de casa”. Passa a ideia de obrigação, com a constatação de culpa, retirando a ideia de processo de estudo e de crescimento individual. Também a ideia de “tarefa” traz a conotação de algo a ser feito, a ser cumprido o mais rapidamente possível para livrar-se, desincumbir-se de alguma coisa imposta de fora. Ao que parece, a expressão “estudo ou aprendizagem de casa” melhor corresponderia ao objetivo desse procedimento.

O “estudo de casa” tem como primeira finalidade fixar a aprendizagem do que foi ensinado na escola. Assim, deve ser pedido para ser exercitado em casa o que já foi ensinado, para que não haja necessidade da ajuda de pais e professores particulares para sua execução. O aluno deve ser capaz de retornar o que aprendeu na escola e até mesmo de ampliar o conteúdo com pesquisas pessoais. A impossibilidade de tal desempenho indica ausência de aprendizagem, devendo o professor voltar à matéria.

O segundo objetivo é o desenvolvimento da autonomia no processo de estudo. Considerando-se que, na escola, o aluno está sempre monitorado pelo professor, é necessário que haja um momento de independência em que possa, sozinho, produzir um trabalho, desenvolver uma pesquisa, aprender um conteúdo. O “estudo de casa” deve ser um momento de descoberta, de crescimento, de satisfação pela constatação da própria capacidade. A impossibilidade desse tipo de vivência deve ser averiguada para que suas causas possam ser trabalhadas e superadas.

A valorização desse modo de estudo pelo professor é fundamental para que ele ocorra. A correção do trabalho feito pelo professor, e o elogio pelo bom desempenho dão uma satisfação ao aluno, levando-o a sentir-se compensado pelo esforço e reforçando o senso de responsabilidade, e o hábito do estudo, que não deve limitar-se a produções escritas, mas também ao conhecimento oral.

Os pais colaborariam para o bom desempenho do estudo de casa, especialmente tratando-se de crianças e não de adolescentes, não assumindo o papel de professores, mas determinando o local e a hora para a sua execução, valorizando a independência, a capacidade de iniciativa e a aplicação no seu cumprimento. Essa atitude, além de reforçar a sua autonomia, aprimoraria a relação afetiva, já que a solicitação da ajuda dos pais evidencia mais um pedido de presença, de atenção e de apoio do que propriamente de ensino.

Considerando o ideal da educação integral chega-se à necessidade da atenção aos aspectos físicos no processo da educação.

Cabe à escola não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também das questões materiais que interferem no aprimoramento do aluno. É seu dever oferecer ambientes limpos e saudáveis, com boa ventilação e luz adequada, assim como promover hábitos de higiene, como lavar as mãos, não ingerir alimentos já meio consumidos por colegas, entre outros.

É importante observar o procedimento dos alunos no que diz respeito à visão, a audição, à locomoção para se for o caso, avisar os pais para as providências cabíveis.

A educação física na escola não tem como objetivo preparar futuros atletas, mas a promoção da saúde, evitando a obesidade, a deficiência na musculatura, a respiração incorreta. O corpo, pelo exercício, pode tornar-se mais ágil, veloz, forte e equilibrado. Um segundo objetivo é a socialização, ao levar o aluno a trabalhar em equipe, a agir para o êxito do grupo a que pertence. Nesse sentido, são válidas as competições e os campeonatos. Não para que vejam o outro como um inimigo a ser derrotado, mas como um adversário momentâneo que participa do jogo para a melhor prática do esporte. Daí, a importância do cumprimento antes e depois da performance. Colabora ainda com a formação ética, ao ensinar a vencer e a perder respeitando o competidor. Esportes de grupo como o futebol, o vôlei, o basquete, entre outros, são bastante educativos por levarem a pensar no outro, a compartilhar e a aceitar suas falhas com tolerância. Colaboram para o bom desenvolvimento emocional promovendo a autoconfiança, a compreensão do outro e o bem estar físico.

A prática do esporte pode apresentar duas facetas: pode levar a um aprimoramento da saúde e da convivência, desenvolver o bem estar físico, o respeito pelo outro, a vontade de auto superação, a coragem, a consciência da liberdade ou, ao contrário, conduzir a doenças, a deformações físicas, à vontade de dominar, ao espírito de competição, à deslealdade, à vaidade, à frivolidade.

Cabe à escola o direcionamento da prática do esporte para que ele se apresente como um elemento educativo. É sua responsabilidade promover a reflexão crítica que conduz o ser humano a superar-se em busca de um mundo com mais concórdia e harmonia.

A arte trabalha com a sensibilidade e é, por esse motivo, de grande importância para a educação. É seu objetivo despertar, desenvolver e aprimorar a sensibilidade para os valores estéticos: beleza, harmonia, vida. Na escola, a educação artística contempla suas diversas manifestações, especialmente as artes plásticas, as musicais e as literárias.

As artes plásticas no colégio têm como finalidade:

- o aprimoramento da coordenação motora fina: saber utilizar régua, tesoura, compasso, pincel, tinta, cola, desenvolvendo as habilidades mecânicas, o que é de grande serventia ao longo da vida.
- propiciar a satisfação pela produção artesanal. Poder construir com as próprias mãos algum objeto é gratificante. O artesanato leva a essa satisfação, além de estimular a criatividade e o senso estético.
- desenvolver a capacidade de atenção, de observação e de criação, percebendo a harmonia, a proporção, a perspectiva, ou seja, obtendo as primeiras noções de estética.
- levar ao conhecimento dos grandes artistas plásticos nos diversos períodos da história e do seu processo criativo.
- estimular a produção artística individual: pintura, escultura, fotografia, cinema com fins artísticos.

O ensino da música visa o domínio dos sons, a percepção da harmonia, a diferenciação das tonalidades. O canto orfeônico, pelo fato da ligação e da dependência dos membros do grupo, promove a disciplina, o respeito, o sentimento de solidariedade e de comunidade.

As canções populares transmitem a cultura e os hinos, o civismo e a responsabilidade social. Devem, por esses motivos, ser ensinados desde os primeiros níveis e por todo o percurso escolar.

O conhecimento da teoria musical básica é importante para uma boa instrução e compreensão de cultura da sua geração.

Para o mesmo fim, serve o conhecimento das várias modalidades de música e dos diversos instrumentos musicais. São saberes fundamentais para a apreciação musical, que devem ser introduzidos desde os primeiros anos escolares.

A percepção do ritmo, a coordenação motora para a percussão e dos seus instrumentos e finalmente, o incentivo ao estudo de um instrumento.

As artes literárias, além da instrução, são de grande valor para a educação, ou seja, para a percepção dos valores.

O estímulo à leitura por prazer e não para cumprir determinação escolar. Talvez, a melhor maneira de conseguir esse objetivo seja pelo comentário elogioso do professor. Esse procedimento desperta a curiosidade do aluno, o que não ocorre quando o ensino de literatura se prende apenas a dados biográficos do autor e ao resumo da sua obra.

- o conhecimento dos clássicos é indispensável para um bom nível de instrução, mas é possível mesclá-lo com obras mais atuais.
- o conhecimento dos estilos literários em prosa e em poesia ao longo do tempo.
- como meta principal vem a apreciação do belo, da originalidade, da criação e o estímulo à produção individual.

A prática de teatro no colégio não visa formar atores e atrizes. Não se detêm na expressão corporal nem nas expressões faciais. Seu objetivo é levar à reflexão sobre o texto encenado, promover a autoconfiança, desinibir e estimular o sentimento de pertença a um grupo social com uma diversão sadia e educativa. Não há necessidade de enfatizar a arte dramática, mas sim de fazer acontecer num breve tempo o espetáculo, mesmo que com deficiências artísticas. O mesmo pode ser válido para exposições de pintura ou de outra manifestação artística. O alongamento do tempo de preparação prejudica o interesse leva à perda do foco e do objetivo da apresentação.

O homem cria a cultura ao instaurar valor nas diversas manifestações da vida, a elas dando um novo significado, um novo sentido.

O passado é constituído por marcos que permitem a sua compreensão. A vivência do tempo resulta da ligação dos marcos que expressam o valor. Esses marcos manifestam as marcas que a vida vai deixando ao longo do caminho. O passado não é vivido como um tempo contínuo, mas como uma sucessão de marcos e de conquistas de valor.

Na sequência dos dias são necessárias interrupções, como que para tomar fôlego e poder continuar a caminhada. São paradas para rememorar, para lembrar junto, para comemorar. Elas são essenciais para que haja força para continuar. Comemorar significa exatamente relembrar juntos as vivências comuns. Comemoram-se o início da vida, do casamento, da formatura, o sucesso de um empreendimento. Situações de alegria que justificam as festas e também os marcos tristes como a morte, que foram vividos conjuntamente.

Embora os valores universais existam independentemente do tempo e do espaço, as escalas de valores são temporais e históricas. A escolha dos valores a serem comemorados definem o rumo a ser tomado e, assim, também o futuro.

A falta de interesse, de amor, de entusiasmo pode fazer com que se mantenha o tempo no presente apenas como escoamento, como um tempo que passa sem registro, sem marcas, sem comemorações. É o que ocorre quando não há opções. A duração dessa situação impede o crescimento, o desenvolvimento definindo o futuro negativamente.

Os marcos fazem com que se perceba o crescimento, o progresso, os laços estabelecidos. As comemorações, os rituais, as festividades constituem marcos postos no tempo para firmar as rotas e determinar o futuro e são de imensa importância na instância psicológica por definirem a identidade e as escolhas feitas. A ausência de marcos leva facilmente à perda de rumo.

Do ponto de vista da educação, são essenciais as festas e as comemorações. As festas propiciam a união, a cumplicidade, a preparação em conjunto para algo do interesse de todos, do sentimento de comunidade. Além da alegria e da vivência comum de momentos bons, as comemorações e as festas direcionam a construção do futuro.

Embora a vivência do tempo varie com a idade e o modo pessoal de vivê-la, as comemorações unificam os sentimentos, dando a eles um sentido e um novo significado.

O processo da educação ao promover a reflexão sobre a constituição de uma hierarquia de valores necessita de paradas, de comemorações para a avaliação do seu desenvolvimento. É relevante a decisão sobre o que merece ser comemorado. Que fatos, que acontecimentos, que vitórias devem ser comemorados, com qual duração e intensidade.

Cada um vive pessoalmente como significativo um certo número de acontecimentos que direcionam o futuro. Cada educando seleciona no tempo alguns fatos para ele valiosos que serão guardados na memória. Momentos importantes para alguns são, para outros irrelevantes sendo por isso esquecidos. A mesma aula, a mesma festa, o mesmo evento esportivo são lembrados de modo diverso e por aspectos diferentes por cada um.

Cabe ao educador apresentar a escala de valores condizente com as exigências da pessoa humana que possa servir de critério para as comemorações. Cabe a ele mostrar o que realmente merece ser comemorado. O futuro é construído pelas opções livres, pelos valores lembrados, e comemorados. As comemorações e as festas expressam as escolhas feitas e o que se deseja para a posteridade.

Para serem educativas as comemorações devem pôr em evidência os valores que dignificam a existência humana: o esforço, a luta, as vitórias, o objetivo alcançado, a amizade, o amor.

O tempo pode ainda tornar-se coletivo quando os marcos são instaurados pela sociedade constituindo a história. São marcos que unem os membros do grupo como comunidade, permitindo que se autodesignem como “nós” e que se estabeleçam os padrões culturais.

As comemorações devem expressar a verdade, o que realmente tem valor. Comemorações formais, artificiais são como que rituais vazios de sentido que não cumprem o seu objetivo. Os rituais surgem de experiências vividas. A sua repetição pode fortalecer o seu significado ou esvaziá-lo, tornando-os comportamentos cristalizados nada mais significando para aqueles que os praticam. Precisam ser revitalizados ou abandonados para o bem da comunidade. As comemorações são negativas quando simplesmente mantêm o “status quo”, a tradição pela tradição, dificultando a renovação e impedindo o progresso.

Focalizando especificamente os eventos na escola, distinguem-se as comemorações cívicas, as esportivas, as culturais e religiosas e as de situações particulares.

As comemorações cívicas despertam o sentimento de “pertença”, fundamental para o bom desenvolvimento emocional. Nada mais difícil do que lidar com o “marginal”, o que se sente à margem da sociedade, excluído do grupo social. Desenvolvem o patriotismo como amor à sua comunidade e à sua história.

Os eventos esportivos que promovem os valores do respeito e da justiça desenvolvem o coleguismo e a busca da autossuperação. Os alunos aprendem a conviver com respeito e justiça, a olhar o colega como um adversário e não como um inimigo, a saber vencer e perder com dignidade. Aprendem que é possível a diversão sadia, o companheirismo entre adversários, a alegria simples e descontraída.

As festas culturais, como as festas juninas, têm o objetivo de transmitir a cultura da comunidade e promover o convívio social.

As comemorações religiosas são fundamentais para uma educação integral. Todos os aspectos humanos precisam ser considerados: o bom desenvolvimento físico pelo esporte, o intelectual pelas exposições e apresentações de estudos e a espiritualidade pela religião assumida e praticada.

Registram-se ainda as pequenas comemorações escolares de grande valor educativo o momento da alfabetização, a conclusão de um ciclo, o sucesso de um conhecimento específico e finalmente a formatura como coroamento de todo o processo.

ENSINO PRESENCIAL x ENSINO A DISTÂNCIA

A primeira constatação é a de que esse lugar existe. Não se pode negar a importância da tecnologia da informação. Ela representa uma maravilhosa conquista da humanidade ao permitir que praticamente todos os assuntos possam ser conhecidos em segundos.

Para a aprendizagem escolar é de grande auxílio, podendo, com material especialmente adequado, substituir o professor na transmissão de conteúdos. Embora não seja suficiente a simples transferência do método e da didática utilizados nas aulas presenciais já que, como diria Mac Luhan¹, “o meio são as mensagens” sendo outro o veículo as mensagens devem ser a ele adaptadas. Resolvida essa questão é possível a aprendizagem de conteúdos pelo meio tecnológico.

O conhecimento, no entanto, é mais do que a apreensão de informações objetivas. A verdadeira instrução exige a capacidade de avaliar a informação situando-a no contexto. Exige a conexão de causa e efeito e a capacidade de sistematização. Exige a reflexão sobre o significado e o sentido da informação recebida.

A avaliação dos conteúdos depende do modo da sua apreensão e da hierarquização dos valores do sujeito que conhece. Nessa questão, a presença do educador torna-se fundamental para promover a reflexão e a percepção da conotação da informação. Além do professor, do aprendizado vertical, há o horizontal que ocorre pelo convívio dos alunos. Pelas descobertas compartilhadas, pelas discussões, pelas oposições e argumentações.

As T. I. muito contribuem para o ensino, especialmente de determinadas áreas como línguas estrangeiras e as que utilizam mapas, gráficos e quadros explicativos, mas não substituem o ensino presencial pelo que oferece de convívio humano, com seus gestos, atitudes e expressões corporais. Seria mais um elemento do processo de aprendizagem que parte de habilidades mecânicas exercidas muitas vezes, por pessoas sem maior instrução.

A aprendizagem à distância é possível assim como sempre foi possível o conhecimento aprendido nas bibliotecas pelos autodidatas. Ela depende, no entanto, de várias circunstâncias. Do interesse do aluno em primeiro lugar. O aluno interessado vai buscar a informação, é ativo, não espera passivamente que ela lhe seja ofertada. Do apoio da família proporcionando os meios e o ambiente adequado. Da didática do professor que não é a mesma utilizada no ensino presencial. Postas todas as condições, é uma modalidade de ensino que pode ser eficiente, mas incapaz de substituir o convívio com os colegas, fonte de grande aprendizagem. Essa é também a dificuldade do *homeschooling*. A falta de convivência não propriamente social, mas como fator de aprendizagem pela comunicação.

¹ McLUHAN, Marshall, O meio é a mensagem. São Paulo: Cultrix, 1969.

Finalmente, é preciso acrescentar que não se pode confundir condição com causa. A tecnologia é um meio, uma condição, mas não a causa de aprendizagem.

As atividades extracurriculares acontecem no contra turno do ensino formal como uma complementação do processo da educação. Assim sendo, não podem se ater apenas à parte técnica descuidando da educacional. Seus professores, como os do ensino regular, são sempre educadores devendo ter consciência de tal situação preparando-se para ela. Embora agindo numa atividade extracurricular devem manter a postura de educador e não apenas a de treinador.

Essas práticas, como quase tudo na vida, apresentam aspectos positivos e negativos. Funcionam como uma excelente oportunidade de exercício físico, frequentemente ao ar livre, de prática de esporte muitas vezes de grupo como futebol, voleibol ou basquete que levam à maior socialização, à capacidade de comunicação e de empatia, ao esforço de grupo. Ensinam ainda a resistência ao insucesso, a saber ganhar e saber perder.

Mesmo quando individual, o simples treinamento e dedicação a um objetivo, o do aperfeiçoamento constante, pode ser muito educativo.

Há ainda as atividades artísticas, as artes plásticas, a dança, a música, o aprendizado de um instrumento musical que além de abrir o leque das possibilidades culturais, introduzem o aluno no mundo da arte.

O aspecto negativo decorre da restrição ao tempo livre da criança e do adolescente. Grande parte do seu dia passa a ser preenchido por práticas determinadas deixando pouco tempo para sua criatividade. É importante o aprendizado da administração do próprio tempo escolhendo livremente suas atividades. Imaginar brincadeiras, construir brinquedos, ler por vontade própria e não para cumprir tarefa escolar, conviver com os amigos, estar sozinho sem comandos prévios são momentos fundamentais na constituição de uma personalidade segura e independente. Muitas vezes, o excesso de atividades extracurriculares dificulta a formação pessoal por limitar a liberdade de utilização do tempo e da capacidade de escolha.

Esses podem ser considerados os aspectos negativos das atividades extracurriculares.

Ainda como contribuições positivas das práticas extracurriculares podem-se registrar o desenvolvimento da solidariedade, o respeito pelo outro, o senso de justiça, o autoconhecimento, a capacidade de conviver e trabalhar em equipe, a manutenção do foco e da persistência além de serem vivenciadas como atividades lúdicas.

É sempre necessário explicitar com clareza os objetivos das ações. Especialmente quando se trata de deficiências e anomalias humanas, a questão torna-se extremamente delicada. Cada caso é um caso. Não se pode generalizar nem ditar normas válidas para todos. Nesse tema, ninguém é dono da verdade.

O que se pretende, o que se almeja é oferecer ao educando deficiente condições para poder viver da melhor maneira possível. Proporcionar meios para que chegue a um equilíbrio emocional, a uma vida afetiva saudável, para o desenvolvimento de suas capacidades de modo a poder exercer uma profissão e a manter-se economicamente com independência e bom relacionamento social. Que ele não se sinta marginalizado, mas incluindo no seu meio social.

A dificuldade concentra-se no processo para o atingimento de tais objetivos: a simples inserção da criança na escola pode ajudar ou dificultar essa proposta. O sentir-se diferente, rotulado, objeto de compaixão, de condescendência pode ser apenas fonte de sofrimento e frustração. Qual a vantagem de evidenciar as deficiências tanto para o próprio como para os colegas se ainda não se trabalhou o equilíbrio emocional se ainda não houve a consciência das próprias competências? Não seria melhor fortalecer inicialmente o seu ego para que possa enfrentar a vida social adulta de modo mais seguro? Por outro lado, em muitos casos a convivência escolar pode ser altamente estimulante e prazerosa. A resposta é variável para cada caso.

A convivência com o “portador de transtorno global de desenvolvimento” é excelente para os ditos “normais” que aprendem, por meio deles, os valores do respeito, da tolerância, da compreensão, da solidariedade, mas nem sempre para aquele que está constituindo a sua identidade e que pode registrar-se como o diferente, o que não tem condição de acompanhar o grupo. A própria presença de um mediador pode ser entendida por ele e pelos companheiros como uma diferença, um privilégio, uma discriminação, um fator de acomodação ou um intruso na sala de aula.

Especialmente nos dias de hoje com toda a especialização das competências nas áreas médicas e psicoterápicas é possível oferecer profissionais formados para atender as diversas necessidades de modo próprio e adequado com as últimas conquistas da ciência o que dificilmente se pode obter num ambiente heterogêneo como a sala de aula.

É importante, na medida do possível, não rotular, não evidenciar as diferenças. Quanto mais o educando deficiente sentir-se igual aos outros quanto mais reconhecer que todos são diferentes e não apenas ele mais estará integrado no meio escolar.

No caso da inclusão das pessoas com deficiência na vida social é preciso perceber que cada caso é um caso. Não é possível a generalização exigindo o mesmo encaminhamento para todos. Há deficiências que podem ser atendidas com eficiência para o deficiente e sem nenhum prejuízo para o

restante da turma. Exigem somente algumas providências no campo material, alguns ajustes e facilmente acontece a inclusão. Há casos, porém, em que a integração desse aluno em sala de aula põe em risco o aprendizado de toda a turma, prejudica o grupo social sem que, na verdade, haja nenhuma inclusão. Quando de nenhum modo ele consegue participar do grupo e apresenta distúrbios que interferem no desempenho da turma, não há vantagem para ninguém, nem para o incluído nem para a turma. Nessa situação, melhor seria que tivesse a atenção de um profissional especializado que satisfizesse de modo mais eficaz às suas necessidades respeitando também o direito dos outros alunos de terem um curso regular.

Não há como se impor uma regra geral. Só o bom senso, a responsabilidade e a competência dos educadores aliada à compreensão dos pais podem ajudar nessa questão.

Em resumo, o importante é o bem estar de cada um e não apenas uma inclusão forçada que pode representar uma exclusão pelo modo com que vai ser vivenciada a própria identidade. O que se visa é não somente a inclusão na escola, mas no mundo e na sociedade.

A finalidade fundamental da escola é a busca do conhecimento. Espera-se que professores que se especializaram em determinados saberes possam transmiti-los aos seus alunos respeitando o seu nível de amadurecimento e o seu processo de aprendizagem. A escola falha no seu objetivo principal quando oferece um curso aquém da possibilidade de aprendizagem do aluno. É uma obrigação oferecer um curso atualizado e abrangente que dê ao aluno a possibilidade de avançar no conhecimento que desejar por ter recebido uma boa base na escola.

A aprendizagem, no entanto, não ocorre somente no sentido vertical, mas ela se dá também horizontalmente de um estudante para o outro. Os alunos ensinam e aprendem uns com os outros pelas dúvidas, descobertas, oposições dos diálogos. Enfim, esse seria um dos maiores argumentos contra o “home schooling.”

Ocorre ainda na escola pelas convivências sociais, o desenvolvimento socioemocional, pelo conhecimento do outro e de si próprio. O estabelecimento das relações sociais e o aprendizado da vida em sociedade são de grande valor para o processo da educação.

Com o passar dos anos os objetivos da escola foram se alargando: da simples aprendizagem das humanidades, língua e literatura, matemática, geometria, ciências em geral, passou-se a buscar uma instrução mais e mais completa. Os esportes passaram a integrar os currículos, cuidando do aspecto físico; a educação da sensibilidade, pelas artes em geral, música, artes plásticas e teatro, como forma de expressão individual e social.

Por esse viés entende-se que a escola vá também incumbir-se do aprimoramento da espiritualidade humana e do ensino de religião.

Para a compreensão atual é função da escola o desenvolvimento humano em todos os aspectos e possibilidades e não apenas no intelectual. Embora a escola assuma cada vez mais os processos de instrução e de educação, não substitui a família nesse intento. Pode-se admitir caber a ela fundamentalmente a instrução e secundariamente a educação, e o inverso para a família.

Embora a convivência escolar seja de grande importância, o grupo social assim formado vai constituir apenas uma sociedade, que se caracteriza pela união motivada por um interesse comum: a busca do conhecimento e do desenvolvimento pessoal. Assim sendo, o grupo se dispersa quando cessa essa motivação. Dificilmente permanece findo o período escolar. Em alguns casos, por conta de determinado processo de educação, a união do grupo passa da situação de sociedade para a de comunidade pelo fato dos membros sentirem-se unidos sem o prévio estabelecimento de fins. Tornam-se amigos para todos os momentos e situações e não mais apenas pelo interesse pela instrução. É raro acontecer. Depende de vários fatores, mas especialmente do modo de ser da instituição.

Quando se considera ser a convivência agradável e o aprendizado da vida em sociedade como a finalidade fundamental da escola minimiza-se sua ação e distorcem-se os seus objetivos. O conhecimento vale por si mesmo. Não há necessidade de disfarces e artifícios para torna-lo mais aceitável pelos alunos. A preocupação com o aspecto lúdico, com o aprender brincando demonstra uma percepção do sujeito como alguém que não quer crescer, alguém que não deseja aprender. A criança e o adolescente sadios querem crescer, galgar etapas, superar desafios. Evidentemente cabe à boa didática apresentar o conteúdo da melhor forma, mas sem a atenção exagerada ao lúdico como se os saberes fossem tão desagradáveis que só poderiam ser absorvidos mascarados pelo lúdico.

Clube é uma instituição cuja finalidade é o encontro, o lazer, a diversão, o relacionamento social, o esporte. Também esse tipo de vivência propicia o aprendizado e o desenvolvimento sócio emocional embora não seja esse o seu objetivo principal.

A escola e o clube são instituições com papéis importantes para a educação, mas cujas finalidades precípuas não se confundem.

São dois conceitos cujos significados parecem semelhantes, mas que, na realidade expressam modos de ser bem distintos.

Poder é a capacidade de decidir sobre a vida de outros. Desde o poder de vida e de morte aos governantes absolutistas, reis, imperadores, ditadores até ao simples poder de um diretor de empresa ou de um funcionário burocrático sobre situações práticas dos que delas dependem.

O poderoso, o que detêm o poder, em geral pensa primeiramente no seu próprio interesse entendendo serem as suas ordens fundamentais para o bom andamento da instituição. É um poder que decorre do cargo de comando, da posição social e institucional devendo ser conservado a qualquer custo. Frequentemente é uma situação que causa grande satisfação e a sensação de superioridade por ter outros como subordinados.

A autoridade, ao contrário, baseia-se na consciência da responsabilidade e na disponibilidade para o serviço. O conhecimento de que outros dependem das suas decisões traz, muitas vezes preocupação e ansiedade e não especialmente prazer e satisfação. A autoridade reconhece-se como responsável pelo bem estar dos que dependem de seu comando e, por isso, pensa neles em primeiro lugar. Da sua personalidade, do seu carisma, da sua capacidade de abnegação depende o êxito do empreendimento. Deve, portanto, conhecer o assunto sobre o qual delibera, saber da possibilidade de sua execução, das exigências para a sua realização. É humilde, simples, reconhece suas limitações porque fundamenta suas ações na responsabilidade e no empenho em servir.

A autoridade cuida, comanda, decide nos momentos difíceis, conduz seus dependentes para o melhor para eles. Não se sente superior nem mais poderoso, mas, mais sobrecarregado, mais cobrado do que outros que considera como iguais.

Voltando ao dia a dia da escola, objetivo desse trabalho, encontram-se diretores, professores e funcionários que se caracterizam pelo poder ou pela autoridade. Os poderosos destacam-se pela imposição da sua vontade muitas vezes sem nenhuma justificativa pedagógica ou mesmo razoável. São regras, leis, regulamentos impostos de modo arbitrário e injustificável simplesmente com o intuito de demonstração de poder. É o professor que assusta com notas baixas e reprovação é o funcionário que dificulta os trâmites sem necessidade. É o pequeno poder de que falava Foucault¹.

Ao mesmo tempo há os que se distinguem pela autoridade, pela capacidade de serviço, pelo altruísmo, pela dedicação à instituição e aos que estão sob seu comando. São eles os que impulsionam, estimulam promovem a superação das dificuldades e o desenvolvimento do aluno.

A verdadeira autoridade tem como virtude primordial o entusiasmo.

¹ FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Em primeiro lugar que goste da profissão. Que tenha prazer em lidar com crianças e adolescentes. Que se encante com o belo espetáculo do desabrochar humano, com o seu progresso, aquisições, erros e acertos. Que encontra graça e se entusiasme com o desenvolvimento dos estudantes. Que se emocione, que vibre com o seu sucesso e se preocupe com suas dificuldades. Não é uma profissão que possa ser exercida sem engajamento emocional.

O professor que põe seu foco exclusivamente no conhecimento do conteúdo e não no aluno pouco vai contribuir para a sua aprendizagem. Sua preocupação primordial não pode ser o cumprimento de programas, o atendimento à legislação vigente, mas, o aluno em seu processo educacional. O professor é sempre, em todos os momentos, um educador.

A segunda exigência da profissão é a da fidelidade ao projeto pedagógico da instrução onde exerce sua função.

Como já foi mostrado, coerência, transparência, e responsabilidade são valores essenciais para o bom funcionamento de uma escola. Os pais ao escolherem uma instituição para a educação de seus filhos esperam dela uma determinada visão de mundo e objetivos pedagógicos bem definidos com que possam concordar. Mesmo na escola pública, o projeto pedagógico deve refletir anseios da não, do povo e não dos governos para que possa satisfazer a maioria da população. Deve ser conhecido e aprovado pelos pais e não a eles imposto pela necessidade.

A escola não resulta da ação de um só: do diretor ou do coordenador, mas de toda uma equipe que trabalha com objetivos comuns.

O professor, evidentemente tem suas próprias ideias sobre educação e ensino que devem ser apresentadas como contribuições para as diretrizes pedagógicas da escola, mas como parte de uma equipe, precisa acatar o seu projeto e colaborar para o seu bom andamento, aceitando inclusive a metodologia por ela adotada.

O foco agora está na competência profissional. É necessário conhecer o conteúdo da disciplina que leciona e que esteja a par de suas atualizações, por isso, a aula deve ser preparada de acordo com os programas e cronogramas previamente estabelecidos para que não aconteçam de maneira fortuita e não sistematizada.

É fundamental a presença de palco. O professor é também um ator capaz de prender a atenção de seus alunos. Ser interessante, saber motivá-los para o conteúdo ensinado e mobilizá-los para as pesquisas e tarefas propostas.

A presença de palco responde pelo bom comportamento da turma. A indisciplina, em geral, decorre de aulas pouco significativas e da má comunicação entre o professor e o aluno.

Para o êxito do processo de aprendizagem, precisa, o professor, conhecer cada aluno e tratá-lo de acordo com suas necessidades; elogio, estímulo, desaprovação, repreensão de modo a promover o seu desenvolvimento.

Cabe a ele estabelecer com os estudantes uma relação de cordialidade, mas sempre como educador e não como companheiro, tendo como referência sempre os valores de respeito e de justiça.

O professor faz a importância de sua disciplina sendo exigente, oferecendo um conteúdo significativo, impondo um ritmo de trabalho apropriado vai valorizar a matéria e provocar entusiasmo.

Podem ainda serem consideradas como características do bom professor:

- a capacidade de prever e de prevenir acontecimentos e situações tomando as providências adequadas.
- a capacidade de administrar o tempo.
- a capacidade de ouvir reivindicações, queixas e reclamações a elas respondendo de modo humano e profissional sendo o seu procedimento determinado pela autoridade e não pelo poder.
- a capacidade de estabelecer critérios claros e transparentes nas avaliações sempre pautados pelo respeito e pela justiça.

O último aspecto a ser considerado é o do comportamento pessoal.

Espera-se do professor humor estável, equilíbrio emocional e autoconhecimento. Que tenha consciência de suas qualidades e deficiências para que possa, de certo modo, tê-las sob controle.

Na sua prática profissional, em sala de aula, não cabem referências à sua vida particular, aos seus problemas pessoais. Queixas, mágoas, reclamações sobre situações existenciais não podem entrar na prática do magistério.

Cabe ainda ressaltar a importância do cuidado com a aparência como uma forma de respeito à profissão e ao aluno.

Destaca-se a atenção às próprias atitudes no dia a dia e no exercício da profissão para não se permitir ações que reprova no aluno.

Por fim, é indispensável o orgulho da profissão. O reconhecimento da sua importância como condição para todas as outras e a certeza da sua beleza como promotora dos valores que dignificam a humanidade.

Chama-se aqui a atenção para um fenômeno que muito interfere na escola e na prática docente e que, em geral, passa despercebido.

É uma fala de alerta especialmente para os que detêm alguma forma de autoridade: diretores, colaboradores, professores, que, conhecendo o problema podem, de certo modo, controlá-lo e aproveitá-lo positivamente. A escola congrega elementos provenientes de diferentes meios sociais com diversos pontos de vista que devem conviver e visar um mesmo fim. Por isso, o conhecimento do fenômeno do imaginário pode ser de grande ajuda para sua ação.

São inúmeras as conceituações de imaginário, categoria só recentemente mais estudada. Muitas o confundem com a imaginação. Ao que parece, embora semelhantes, são categorias distintas pela diferença de suas funções. A imaginação se caracterizaria como a capacidade para combinar imagens e ideias conhecidas dando origem a outras novas. Como exemplo, das imagens e ideias de cavalo e de asas, constrói a de cavalo alado, inexistente no mundo real. A imaginação cria, produz, por combinação ideias que muitas vezes não servir de modelos para construções reais.

O imaginário pode ser entendido como o fenômeno psicológico originário do inconsciente que faz com que cada um interprete o conhecimento da realidade a partir de seu ponto de vista. Num grupo social plural como o da escola vão conviver diferentes pontos de vista numa ação harmônica e direcionada, fato que constitui grande desafio para seus dirigentes em qualquer nível.

Assim entendida, a interferência do imaginário no conhecimento parece levar fatalmente ao relativismo, à impossibilidade de distinção entre o verdadeiro e o falso, entre o certo e o errado, situação que inviabilizaria a ação educativa: como poderia a escola exercer sua função se já de antemão se declara incapaz de perceber o falso e o verdadeiro, o certo e o errado? Com que critério de valores conduziria seus alunos?

No outro extremo encontra-se o dogmatismo que considera a verdade como única e universal e a escola como a sua melhor expressão. A ela caberia a definição do verdadeiro e do falso, do certo e do errado sendo o seu ponto de vista o único a ser aceito. Essa postura valeria tanto para os conteúdos da ciência como para os da ética. Seria como se os educadores soubessem todas as respostas e detivessem o domínio da verdade. Não seriam admitidos a diversidade de opiniões e de modos de viver. Como dois polos de um pêndulo, o relativismo defendendo a impossibilidade do conhecimento da verdade por ser ela produzida por cada um e o dogmatismo considerando-a única e universal.

Refletindo sobre a questão, chega-se à necessidade da possibilidade do conhecimento do objeto, ou seja, da existência da verdade como correspondência entre o conhecimento do sujeito e o objeto conhecido. Note-se que a negação dessa possibilidade já constitui uma verdade. É, pois, possível ao ser humano o conhecimento do real salvaguardando-se assim a ação da escola. É, no

entanto, necessário reconhecer a interferência do sujeito no processo. Pelo seu imaginário vai ele influir no conhecimento direcionando-o com um posicionamento, uma intenção antes da real conceituação, do qual resulta o preconceito.

Cada um, por conta da interferência do imaginário vai interpretar o conhecimento obtido, pelo seu ponto de vista. Todo ser humano é situado num tempo, num espaço, num meio sociocultural que interfere no seu conhecimento. Esse fato não o invalida nem leva ao relativismo entendido como impossibilidade da verdade por ser ela pessoal, individual, mas mostra a relatividade existente em relação ao posicionamento do sujeito que conhece.

A interpretação do real feita por cada um não nega a possibilidade da objetividade do conhecimento, não é falsa nem verdadeira, certa ou errada, apenas considera a interferência da sua subjetividade como intencionalidade no processo.

Enquanto o relativismo, infelizmente tão aceito nos dias de hoje como uma forma de ceticismo, nega a possibilidade de apreensão do objeto entendendo o conhecimento como produzido pelo sujeito, a proposta da relatividade aceita essa possibilidade levando apenas em consideração a interferência que nele exerce o sujeito por seu ângulo de visão, por seu posicionamento na vida.

O imaginário se manifesta como social e individual. No início da vida recebe-se do meio sociocultural uma interpretação do mundo e das relações e dos papéis sociais que é aceita passivamente. Como resultado da ação da educação, do natural amadurecimento e das próprias vivências vai, cada um, na fase adulta, sem abandonar totalmente as interpretações recebidas, fazer as próprias por meio do seu imaginário pessoal constituindo a sua cosmovisão e a ideologia. O professor, como todos, passa por esse processo em que se agregam vários fatores: meio físico, família, escola, meio cultural. Com essa bagagem se situa no mundo, faz suas representações, constrói seus saberes e competências. O mesmo conhecimento científico pode ser diferentemente interpretado pelos diversos professores. Não no seu conteúdo, mas na importância a ele atribuída, no seu valor. Essa relatividade da avaliação dos professores embora normal, pode causar confusão e descredito nos alunos. Como meio para minimizar ou mesmo evitar essa dificuldade as instituições podem declarar abertamente a sua visão de mundo e das relações e dos papéis sociais numa tentativa de harmonizar o discurso, de coerência, de fidelidade à sua proposta pedagógica.

As manifestações do imaginário, a cosmovisão como compreensão de meio físico e sociocultural e a ideologia como modo de entender os papéis e as relações sociais são transmitidas de forma pré-conceitual no início da vida e assim permanecem até que, da adolescência em diante, seja, delas feita, uma releitura, um desvelamento, uma reflexão em busca de justificativas que as validem ou condenem.

Essa poderia ser entendida como uma das principais tarefas da escola. Desvelar, na medida do possível, o imaginário de cada um para uma melhor e mais justa compreensão da vida.

A produção do imaginário não desvelado, não compreendido vai ser aceita como verdade única e indiscutível provocando conflitos nos processos do ensinar e do aprender, levando a escolhas e opções preconceituosas nas quais o ponto de vista do professor pode ter um papel preponderante.

A constatação desse fato justifica e mesmo exige a busca de critérios de avaliação, de pesquisa em antropologia filosófica, em teoria dos valores que possam fundamentar a ação da escola que deve ultrapassar, sem desconhecer, a contribuição do imaginário para agir com razões filosóficas e científicas o que torna ainda maior a responsabilidade dos que respondem pelo seu dia a dia.

Como conclusão, chega-se a que não há propriamente uma conclusão possível. A prática da educação de tal modo apaixonada, envolve, motiva e mobiliza os que a ela dedicam que os levam a uma constante busca de aprimoramento, de melhora, de aprofundamento nos fundamentos filosóficos, na pesquisa por novos métodos de ensino, novos materiais didáticos num contínuo esforço para o maior êxito do empreendimento.

Podem-se apenas tentar considerações finais. É uma realidade em que a um só tempo, tudo é estável por ter sempre o mesmo objetivo, a educação e a instrução dos alunos e nada o é por ter como objeto o ser humano no início de sua vida com a personalidade em formação. Há um processo de mudança e desenvolvimento e paralelamente uma carga genética definida desabrochando. Até que ponto vai a ação da escola nela interferir é uma questão de difícil resposta.

A atividade docente é cheia de erros e acertos, de desafios e obstáculos. Sua ação é dirigida a crianças na sua estreia longe da família, numa primeira relação com o meio social; com o adolescente no seu momento de revisão de valores, de construção do imaginário, de crítica, de autoafirmação. Vai refletir com o jovem no alvorecer da sua capacidade de abstração, da constituição da própria escala de valores.

Essa contradição entre estabilidade e instabilidade pode ser considerada como uma de suas características.

A escola apresenta-se como uma sociedade por serem os fins que unem os seus membros previamente estabelecidos: a formação da personalidade e a aquisição de conhecimento. Pode, e deve, no entanto, constituir-se como comunidade por levar seus componentes, professores, alunos, funcionários, a sentirem-se unidos sem a determinação dos objetivos. A alegria ou a tristeza, de um é compartilhada por todos. O sucesso ou o fracasso de cada um repercute em todos.

De certo modo, a escola tende a ser uma réplica da família embora não se confunda com ela. Embora também ofereça acolhimento, bem estar, confiança e segurança dela difere por suas propriedades e métodos de ação. Estando os alunos em permanente processo de mudança os que a eles se dedicam na escola estão sempre se adaptando às novidades que se apresentam. Precisam ainda filtrar as contribuições do meio cultural. Não sendo possível desconhecer seus aportes, as conquistas da tecnologia, os progressos materiais e mesmo os modismos, vai ser necessário analisa-los para distinguir o como e o porquê ajudam ou prejudicam a obra da educação. Como destacar o que deve ser aceito e incorporado e o acervo a ser condenado a rejeitado.

No intuito de sintetizar a reflexão pode-se considerar como palavras-chave de toda a ação da escola, coerência, transparência e respeito como os valores que expressam e resumem o seu dia a dia.

REALIZAÇÃO:

SEVEN
publicações acadêmicas

ACESSE NOSSO CATÁLOGO!



WWW.SEVENPUBLI.COM

CONECTANDO O **PESQUISADOR** E A **CIÊNCIA** EM UM SÓ CLIQUE.